



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2017

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2017, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----

----- **2. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2016 e aplicação do resultado líquido do exercício de 2016;**-----

----- **3. Mapa de pessoal'2017 – Retificação.**-----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Rui João Graça Rodrigues, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges.-----

----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faiais e Bertina Pereira João Duarte;-----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – José Manuel Lobo da Silva;-----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra.-----

----- Compareceram ainda, Vera Susana de Jesus Vieira em representação do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Victor Ribeiro Antunes, Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde e Ana Margarida Almeida Cruz Narciso, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago.-----

----- Não compareceu o Deputado Joaquim José Mendes Dias.-----

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e três presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte e nove minutos.-----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto e Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata. -----

----- Informou que as Deputadas Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos e Ana Paula Gato Polido Rodrigues, do Grupo Político do PS, tinham solicitado a sua substituição na presente sessão, tendo sido convocadas para as substituir as Deputadas Isabel Alexandra Ribeiro Leão Fias e Bertina Pereira João Duarte. Também o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus tinha comunicado que não poderia comparecer e que seria representado por Vera Susana de Jesus Vieira. -----

----- Deu conhecimento que no dia 10 de abril, no Auditório Conde Ferreira, tinham tido a presença do Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desporto, que fez a homenagem do Governo Português ao Seleccionador Nacional Luís Sénica, na qual ela tinha estado presente. -----

----- Referiu que como todos sabiam, no dia 22 de abril tinha sido realizada a cerimónia dos 40 anos do Poder Local Democrático, ainda não tinham nenhuma avaliação da Comissão de Líderes, da Câmara Municipal ou das Juntas de freguesias, e portanto talvez não fosse correto colher as suas opiniões. Assim se os Deputados quisessem emitir a sua opinião, era importante e oportuno que o fizesse. -----

----- Indicou que no dia 6 de maio iria realizar-se a 14ª edição da Assembleia Municipal de Jovens na Escola Básica nº. 3 da Quinta do Conde. No dia 20 de maio realizar-se-ia a entrega de Prémios da 10ª edição do Concurso “As Cores da Cidadania”, na Fortaleza de Santiago. E embora os convites fossem brevemente enviados, gostaria que os Deputados registassem estas datas nas suas agendas.-----

----- Seguidamente a **Presidente da AMS** deu início ao “**Período de Antes da Ordem do Dia**”, informando os presentes que por tratar-se de uma sessão onde iam apreciar o Relatório e Contas, o único documento que tinham para este período era uma Saudação ao 1º de Maio - Dia do Trabalhador. Informou ainda, que este documento tinha sido elaborado por um dos elementos da Comissão de Líderes, mais tarde tinham tido também contributos do grupo político Partido Socialista, do grupo Movimento Sesimbra Unida e do grupo político do PSD. Portanto estes contributos tinham resultado numa Saudação ao 1º de Maio de uma forma mais congregada. -----

----- Depois passou à leitura da **Saudação 1º de Maio – Dia do Trabalhador**, que aqui se reproduz: ---

----- *Em 1890, os trabalhadores portugueses assinalaram o 1.º de Maio logo no primeiro ano da sua realização internacional. Porém, restringiam-se a piqueniques de confraternização, incluindo alguns discursos pelo meio, para além de visitas aos cemitérios em homenagem aos operários e activistas mortos na luta pelos seus direitos laborais.*-----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- No final da Monarquia e ao longo da I República, o sindicalismo português ficou mais reivindicativo, consolidado e ampliado, o que promoveu a acção de massas.-----

----- Em 1919, após algumas das maiores lutas sindicalistas e dos trabalhadores portugueses, foi conquistada e consagrada na lei a jornada de oito horas para os trabalhadores do comércio e da indústria.-----

----- As greves e as manifestações realizadas em 1962, um ano após o início da guerra colonial em Angola, são provavelmente as mais relevantes e carregadas de simbolismo. Nesse período, apesar das proibições e da repressão, houve manifestações dos pescadores, dos corticeiros, dos telefonistas, dos bancários, dos trabalhadores da Carris e da CUF. No dia 1 de Maio, em Lisboa, manifestaram-se 100 000 pessoas, no Porto 20 000 e em Setúbal, 5000.-----

----- Ficarão como um marco inesquecível na história do operariado português, as revoltas dos assalariados agrícolas dos campos do Alentejo, que tiveram o seu grande impulso no 1.º de Maio de 62. Mais de 200 mil operários agrícolas, que até então trabalhavam de sol a sol, participaram nas greves realizadas e impuseram aos agrários e ao governo de então a jornada de oito horas de trabalho diário. --

----- Sem dúvida, que o 1.º de Maio mais extraordinário realizado até hoje, em Portugal, com direito a destaque certo na história, foi o que se realizou oito dias depois do 25 de Abril de 1974.-----

----- Vivemos um período da história em que muitas conquistas foram feitas no mundo dos trabalhadores, concretizaram-se direitos, garantias, salvaguardas.-----

----- A jornada das 8h foi o princípio, seguiram-se muitas outras: O direito a descanso semanal e férias, o direito a subsídio de doença, o direito á greve, 13º mês, licença de maternidade e licença parental, estatuto de trabalhador estudante, entre outros.-----

----- Estes direitos foram obtidos não como prémio ou reconhecimento, mas foram fruto da luta e da reivindicação dos trabalhadores, do jogo de forças com aqueles que, em cada momento, detêm os meios de produção.-----

----- Séculos nos separam dos primeiros operários fabris, e muito mais nos separa dos antigos camponeses, contudo, o trabalho, continua a ser o único meio de obter a subsistência para a maior parte da humanidade.-----

----- O trabalho ocupa uma boa parte da vida do ser humano, e seria desejável que lhe trouxesse felicidade e bem-estar, contudo não é isso que acontece na maior parte dos casos, e também não é dada a importância necessária a esse objetivo.-----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *A falta de trabalho na sociedade atual alterou, a desfavor dos trabalhadores, o jogo de forças. A fraqueza dos governos para defender os direitos conquistados pelos trabalhadores traduz-se por retrocessos nas conquistas alcançadas.* -----

----- *Comemorar o 1º de Maio, neste tempo que vivemos, é ter consciência de que a nossa ação como autarcas, como cidadãos, como trabalhadores, é necessária e imprescindível, ontem como hoje, para continuar a luta pelos direitos dos trabalhadores e pelo direito ao trabalho.*-----

----- *Saudar o 1º de Maio de 2017, é também reconhecer que em cada dia que passa os trabalhadores e as suas estruturas sindicais devem continuar a lutar pelo combate contra o desemprego e pelo 1º emprego dos jovens, contra a precariedade, pela atualização do salário mínimo nacional, pelo modelo de contratação coletiva, entre tantas outras medidas de política que são decerto merecedoras do nosso apoio e incentivo até que sejam uma realidade ajustada aos tempos atuais e aos problemas que eles comportam.*-----

----- *Dar conhecimento desta Saudação: À Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do Concelho; UGT; CGTP-IN; Comissão Sindical dos trabalhadores da Câmara Municipal; Comunicação Social Local e Regional; e aos Trabalhadores Sociais-democratas”* -----

----- **Submetida à votação, a Saudação sobre o “1º de Maio” foi aprovada por unanimidade.**

----- Seguidamente a **Presidente da AMS** deu início ao **“Período de Intervenção Aberto Aos Cidadãos”** e informou que se tinham inscrito para intervir 3 cidadãos. -----

----- Cedeu a palavra ao **cidadão Juan López Lago Romero**, arquitecto, que fez a seguinte intervenção:

----- *“Boa noite. Sou espanhol, mas vivo permanentemente em Sesimbra. As minhas felicitações por um povo tão bonito. Tenho 4 filhos, tenho 8 netos e todos vivem aqui. Estamos muito orgulhosos de pertencer a este município. Faz 9 anos que se construiu o Empreendimento Mar da Califórnia, conheço a Praia da Califórnia, conheço o empreendimento, uma muralha tremenda aos prédios que estão detrás. No projeto existe três escadas públicas e um elevador público necessário senão não há forma de aceder à praia nem à praça. Há 5 anos que essas escadas e esse elevador se fecham conforme critério do estacionamento, que abre elevador e fecha elevador quando quer. Tenho documentação suficiente para argumentar que as escadas são públicas, o elevador é público, que conforme dicionário português, se lê popular. Até hoje não tivemos nenhuma solução e é necessário que exista um elevador que sirva de facto as pessoas, uma vez que o que existe não cumpre essa tarefa.”*-----

----- Foi cedida a palavra ao **cidadão Ricardo Manuel Rego Gomes Alho** que referiu: -----



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- “Boa noite a todos. Hoje o que me traz à Assembleia Municipal é a leitura da água das minhas casas. Eu dou a leitura todos os meses, que são zero metros, mas todos os meses são debitados 4 metros, gostava que me explicassem isso. Fui a um departamento da Câmara e o senhor que lá estava disse-me para eu ir ao (BÚS) Balcão Único de Serviços. Fui ao BÚS e a senhora que me atendeu disse-me para retirar os contadores e quando precisasse voltasse a pedir para serem colocados. Eu penso que esta não é uma resposta que se dê a um munícipe. Gostava que me dissessem porque é que estou a pagar saneamento e água sem gastar.-----

----- Gostava que também que me esclarecessem, porque é que tenho numa casa a morada, Rua Fictícia, Zambujal de Cima e na outra tenho apenas Zambujal de Cima. Se a Câmara deu o nome de Estrada Municipal, desde a Rotunda Duques de Palmela até ao Cabo Espichel, penso que já devia estar nas facturas da água a morada correta. -----

----- Quero ainda colocar uma situação sobre a toponímia. Na Charneca da Cotovia, onde os meus pais tinham um terreno que agora é meu e dos meus irmãos, a Câmara Municipal retirou-nos 334 metros para domínio público, e não nos deu conhecimento. Agora por causa das partilhas tivemos que regularizar a situação e fomos às Finanças, e na certidão estava em como a Câmara nos tinha retirado os 334 metros. A seguir fui à Câmara, falei com a Dr<sup>a</sup>. Sandra Pinto que me atendeu correctamente e disse-lhe que a Câmara é que devia tratar disto. Ela respondeu que mandavam os topógrafos ao terreno e que resolviam. Perguntei-lhe quando é que iam, e ela disse-me que tinham muito trabalho e que não sabia. Nós arranjamos um topógrafo, fizemos as escalas, entregamos à Dr<sup>a</sup>. Sandra Pinto, e tivemos que pagar 12€ por uma certidão. Perguntei à Dr<sup>a</sup> Sandra Pinto quando é que estava despachada e ela respondeu que podia ser um mês, dois, ou mais, porque não tinham gente para trabalhar. Isto é ridículo ter-mos que pagar um requerimento à Câmara, quando foi esta que nos retirou 334 metros de terreno e nem sequer nos informou. Portanto gostava que a Câmara me ajudasse, porque sem a certidão não conseguimos sair do impasse das Finanças.-----

----- Por último quero dizer, que o mapa que a Câmara colocou na Av. 25 de Abril com as alterações das várias estradas, onde incluí a que passa junto à minha sua casa, não deve estar correto. Porque a minha esposa foi tratar do cartão de cidadão ao registo civil e deu como morada Estrada Municipal 569, que é o que está no mapa. E as funcionárias foram ao computador e disseram que não existe, que é Estrada Nacional 379, desde Palmela ao Cabo Espichel. Será que depois da Rotunda Duques de Palmela a estrada passou a ser 569, gostaria que alguém me desse a informação correta.” -----

----- Foi cedida a palavra à **cidadã Mónica Amaral Antunes** que fez a seguinte intervenção: -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Boa noite a todos. Desculpem mas estou um pouco nervosa, porque o motivo de eu aqui estar é a apresentação de um projecto, que estou a tentar desenvolver e que estou a tentar que seja o meu projeto de vida, que é de facto um incentivo à leitura. -----

----- Sou da Quinta do Conde e adoro ler. Não sei se os Senhores conhecem o Polo de Leitura da Quinta do Conde, é um espaço que está a funcionar numa portinha ao lado junto ao Pingo Doce, mas, pelo menos cá fora, não tem nenhum dado indicativo. Mais à frente volto a falar disto, mas como utilizadora tive certas dificuldades e necessidades que não correspondem ao que é preciso, nomeadamente o horário. Aqui em Sesimbra temos uma Biblioteca fantástica, com um serviço muito bom, com um espaço óptimo, com um horário alargado e também ao fim-de-semana, que não acontece na Quinta do Conde. Na Quinta do Conde o Polo de Leitura funciona de 2ª à 6ª feira, das 14h00 às 17h30, e quem trabalha ou estuda não tem qualquer possibilidade de o visitar. Em relação aos próprios dados de empréstimo, gestão de leitores, ou de catálogo de consulta, estão todos em papel, não existem dados informatizados. Uma das dificuldades que eu também tenho muitas vezes, é em escolher um livro, e ao olhar para as prateleiras já pensei muitas vezes, que era bom cada livro ter uma listazinha com uma avaliação, com comentários, existem muitas coisas na Internet nesse sentido. -----

----- O meu projeto seria então, para facilitar um pouco principalmente na Quinta do Conde, poder investir. Procurei parceiros para poder fazer um investimento inicial nos serviços informáticos do Polo de Leitura da Quinta do Conde, teria também uma componente de distribuição, nomeadamente distribuição móvel de requisições não presenciais, ou seja, poderem fazer as requisições ou por telefone, ou por email, e que fossem distribuídas em pontos pré-definidos, ou até mesmo ao domicílio. Ter também uma plataforma on-line onde pudesse fazer a partilha das leituras, isto eu gostaria que fosse com todas as bibliotecas nacionais, não como existem blogues, mas de facto ter tudo num único local, onde a própria requisição pudesse ali ser feita também. Além disso ser também uma circulação de livros, em infantários, em associações culturais, desportivas, até no comércio local, e outros locais que tenham sala de espera. -

----- As primeiras pessoas a quem eu apresentei este projeto foram, à Drª. Maria Manuel Santos, no dia 9 de novembro de 2016, e à Coordenadora da Biblioteca Municipal, Drª. Maria José Albuquerque, no dia 16 de novembro. Foram ótimas no início desta ideia, de poderem orientar-me de qual seria o melhor caminho e pensar em como isto podia funcionar. Tive também o feedback positivo por parte da Blue Start, uma equipa de apoio a Startups, da Portugal Telecom, e também da Fundação PT, falta-me apresentar apenas a candidatura para que eles me disponibilizem, nomeadamente, o espaço de alojamento, caixas de email e serviços de telecomunicações. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Fiz um estudo de mercado junto da população para poder perceber se era só eu que sentia isto, ou se realmente havia mais dificuldades em relação aos serviços de leitura. Fiz um inquérito on-line, fiz um inquérito presencial, fui porta à porta falar com as pessoas. Tive cerca de 100 respostas de residentes da Quinta do Conde. Das principais conclusões posso dizer, que 50% não conhecem, nunca ouviram falar do Polo de Leitura da Quinta do Conde, e por isso não sabem onde é que fica e o que é que oferece, 40% admitiram a utilização da distribuição em pontos móveis e ao domicílio, e 25% admitiram a utilização da distribuição ao domicílio paga. -----

----- Tive esta ideia e, como disse inicialmente, quero fazer dela o meu projeto de vida, não é uma área em que fique milionária de certeza, não nos livros, mas comecei como querendo criar o próprio negócio. Estando sozinha não o podia fazer gratuitamente e então criei o projeto, não só os parceiros mas também com a distribuição ao domicílio que fosse custeada pelos próprios utilizadores, dentro do estudo de mercado que investiguei e que as pessoas estivessem dispostas a utilizar pagando. -----

----- O passo seguinte foi poder mostrar este projeto à autarquia como gestora das bibliotecas, enviei à Dr<sup>a</sup>. Felícia Costa, no dia 6 de janeiro deste ano, esta mesma apresentação. No dia 30 de janeiro tive a resposta de que não concordavam com os serviços de leitura pagos e que seria rejeitada a proposta de parceria. -----

----- Reformulei o projeto, pensei melhor, fiz outras candidaturas a projetos de empreendedorismo, e o meu projeto teve avaliação positiva, mas infelizmente já sem disponibilidade orçamental para ter apoio.

----- Tendo conhecimento que em fevereiro entrou em funcionamento um projeto idêntico em São Brás de Alportel, no dia 31 de março enviei o link da notícia à Dr<sup>a</sup>. Felícia Costa e solicitei-lhe uma reunião com o objetivo de apresentar presencialmente o projeto. -----

----- No dia 25 de abril tive a resposta, com a indicação de que não concordariam que os serviços fossem pagos. No mesmo dia eu respondi indicando que concordo plenamente. A própria apresentação que inicialmente tinha enviado, indicava que tudo o que fosse feito com inventário da biblioteca seria gratuito, fosse uma distribuição móvel, fosse uma distribuição ao domicílio, especificamente para população carenciada, em risco de exclusão social, ou com mobilidade reduzida, e seria apenas pago a distribuição que fosse feita com os livros do projeto. -----

----- Vou deixar o último email que enviei à Dr<sup>a</sup>. Felícia Costa: Se o motivo de recusa é a vontade em manter os serviços de leitura gratuitos, enfim partilhamos a mesma vontade. Então para em conjunto encontrarmos uma solução é possível marcar uma reunião com esse fim? Se tal não for possível, qual a melhor forma para eu dar o meu contributo?" -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **A Presidente da AM** deu a palavra à **Vice-presidente da Câmara** que disse que iria começar pelo fim, até porque as outras questões tinham a ver com as áreas tuteladas pelos Vereadores, Sérgio Marcelino, José Polido e Américo Gegaloto. E portanto eles dariam os esclarecimentos solicitados.-----

----- Depois disse à cidadã Mónica Antunes que reconheciam que o Polo de Leitura da Quinta do Conde precisava de ser dignificado. Aliás, era exatamente por esse motivo que a Câmara Municipal tinha um projeto inicial, que era sediar um espaço de leitura com mais capacidade, mais condições, mais serviços, nas instalações onde funcionava o antigo Centro de Saúde, da tutela do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde tinha-lhes dito que demoraria dois meses a dar a resposta se as instalações vinham à posse da Câmara ou não, mas na verdade passado mais de 1 ano continuavam à espera que o Ministério da Saúde se decidisse. E portanto a Câmara Municipal estava a equacionar construir um novo Polo de Leitura, com mais valências, com mais condições, este era um dos objetivos do presente executivo. Porque efetivamente reconheciam que aquelas instalações, que são instalações provisórias, não reúnem os requisitos que gostariam de ter à semelhança daquilo que existe em Sesimbra. -----

----- Relativamente ao horário mais alargado, disse que não tinha sido ainda possível porque nos últimos anos a Câmara Municipal teve fortes constrangimentos à contratação de pessoal. E portanto não podendo aumentar o número de pessoal, impedida por força de leis que emanavam da Administração Central, aliás, a autarquia teve ainda que reduzir o número de funcionários, portanto não podiam ter um horário mais alargado. Essa questão felizmente já não se coloca presentemente e a Câmara previa para este ano no mapa de pessoal contratação de mais funcionários, para afetar exatamente a Divisão de Bibliotecas e dessa forma poder responder a esses anseios dos munícipes.-----

----- Quanto ao programa informou, que o programa informático de sustentação de todo o acervo biográfico estava naquele momento em fase de fim de linha. Portanto estavam também em fase da adjudicação de um novo programa informático, que iria servir não apenas a Biblioteca de Sesimbra, mas obviamente também a Biblioteca da Quinta do Conde. -----

----- Em relação ao projeto da munícipe concretamente, disse que tinha gostado do projeto, aliás, no ofício que lhe tinha enviado dizia que o projeto era interessante, que a única questão que estavam mais ou menos em desacordo era o facto de ser um serviço pago. Porque consideravam que o serviço de leitura devia ser gratuito e não lhes parecia que fosse interessante e oportuno, que os serviços de leitura, que consideravam um serviço público básico usar um livro de biblioteca, para as pessoas poderem ler tivessem que pagar. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto ao pedido de reunião, disse que tinha chegado às suas mãos há 2 semanas e já tinha dado indicações à Dr<sup>a</sup>. Maria José Albuquerque, coordenadora da Biblioteca Municipal, para promover a reunião. Porque embora gostasse de poder estar nessa reunião, a sua agenda estava tão sobrecarregada que tinha alguma dificuldade em estar em todas as reuniões. Contudo, depois da intervenção da munícipe, fazia questão de estar presente, juntamente com a Dr<sup>a</sup>. Luísa Fachada, Chefe de Divisão da Cultura e Bibliotecas e com a Dr<sup>a</sup>. Maria José Albuquerque. E nessa reunião é que iriam aferir se o projeto da munícipe, que era interessante, podia ser concretizado, sem com isso estarem a fornecer um serviço pago, um serviço que considerava que devia ser gratuito e basililar para todas as pessoas, o acesso à leitura e ao livro. Portanto iriam em breve ter essa reunião, só faltava marcar a data. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo arquitecto Juan López Romero disse, que já há muitos anos que a Câmara Municipal vem a diligenciar junto do Empreendimento Mar da Califórnia, no sentido de manter os acessos públicos abertos à comunidade. A dificuldade que surgiu na manutenção desse acesso público foi a questão da vigilância e limpeza. E arranjou-se o compromisso do Mar da Califórnia fazer, quer a manutenção do elevador, quer das escadas. Mas todos aqueles que por lá passaram sabiam bem o estado em que estavam aquelas escadas. E para evitar que esse fosse o motivo para as escadas serem fechadas, a Câmara diligenciou junto do Empreendimento Mar da Califórnia para que as escadas pudessem estar abertas ao público e ofereceu-se para ser a responsável pela limpeza para manter as escadas em condições dignas de ser utilizadas por todos.-----

----- Referiu que em relação ao elevador era a mesma coisa, obviamente que ter um elevador aberto ao público 24 horas tem a ver com questões de manutenção, mas sobretudo de segurança. E era nesse sentido que havia alguma reserva por parte do Empreendimento Mar da Califórnia em manter o elevador aberto 24 horas. E um dos projetos que o arquitecto tinha enunciado, era um dos projetos que a Assembleia Municipal de Sesimbra já tinha tido a oportunidade de deliberar, que era a colocação de um levador no estacionamento junto à subida das escadas em caracol. Esse elevador iria ser construído no mês de maio pela Empark, a empresa que concessiona o estacionamento tarifado na vila de Sesimbra, com o objetivo que no final de junho o elevador público esteja aberto a todas as pessoas. Portanto isto não tinha a ver com o Empreendimento Mar da Califórnia, tinha a ver com um acordo feito com a autarquia e a empresa Empark, que ia construir e ia gerir mas com estas condicionantes, ser público e gratuito e estar aberto 24 horas, para poder resolver o problema das pessoas.-----

----- Deu a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que acrescentou, que o executivo e os serviços técnicos da autarquia já tinham abordado o problema da mobilidade entre as zonas mais altas e as

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Avenidas, 25 de abril e dos Náufragos. E obviamente que foram identificadas uma série de acessibilidades que não existem, sendo a referida pelo arquiteto, a zona do Calvário, uma delas. No entanto também tinham outras zonas enquadradas em projetos que a Câmara estava a desenvolver, como a Rua da Juventude e o Largo dos Bombeiros. Portanto, para além desse projeto que já tinha sido aprovado, ou seja, o prolongamento da concessão, o concessionário que era a Empark ia responsabilizar-se não só pela instalação do elevador, como também pela manutenção, vigilância, e limpeza. As obras iniciar-se-iam no próximo mês de maio, e o elevador seria instalado em junho. -----

----- Informou também, que a zona da Mata da Vila Amália, ou Mata de Sesimbra, também iria ser toda recuperada, iria ter uma escadaria que iria melhorar significativamente o acesso à rotunda dos cravos, ao pé dos Bombeiros. E teria ainda outros percursos que vinham dar à Av<sup>a</sup>. da Liberdade. Quanto à Rua da Juventude as pessoas tinham uma hipótese que era passar por dentro do cemitério, e a Câmara ia criar uma escadaria que iria permitir o acesso à Rua Major Preto Chagas. Portanto, para além de resolverem a questão do elevador do Mar da Califórnia, que nunca foi bem gerido pelo empreendedor, a Câmara para além de ter feito a limpeza daquele espaço, iria fazer estas intervenções para criar melhores condições de acessibilidade às pessoas que têm que se deslocar da parte alta da vila de Sesimbra. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que disse ao munícipe Ricardo Alho, que não sabia o que é que as pessoas lhe tinham dito, mas podia afirmar-lhe que não iria pagar nem mais um cêntimo de água do que aquela que ele consumia. Aquilo que eventualmente estava a pagar era uma estimativa dos consumos a 12 meses, mas quando houvesse uma leitura real esse consumo seria todo corrigido. Aquilo que o munícipe estava a pagar, como todos os munícipes, era a água, a tarifa fixa do lixo e do saneamento. E quando lhe retiraram o contador foi verificada a leitura que este marcava, e foi essa a leitura que foi registado na fatura, com toda a certeza. E se a leitura era inferior àquela que o munícipe pagou, era feito o acerto e era-lhe enviado uma nota de crédito. Aquilo que podia às vezes acontecer era um atraso nas leituras, ou na introdução dos dados no próprio sistema. No entanto como estava a ver que o munícipe discordava do que estava a dizer, convidava-o a ir com ele aos serviços para comprovarem essa situação. -----

----- Relativamente à morada, disse que a Estrada 379 continuava, apenas foi descontinuada num troço, o que tinha sido referido, e aquilo que aconselhava o munícipe Ricardo Alho, uma vez que o sistema não faz isso automaticamente, era que se dirigisse ao Balcão Único de Serviços, porque não pagava rigorosamente nada, e pedisse para fazerem a correcção à sua morada. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Américo Gegaloto** que disse ao munícipe Ricardo Alho que não tinha conhecimento da situação que descreveu, mas tinha tomado os apontamentos e iria solicitar aos serviços para responderem com a brevidade possível a essa pretensão, até porque tinha apresentado o levantamento topográfico. Inclusivamente estava a tentar enviar por *email* esse mesmo pedido.-----

----- Disse ainda, que era verdade o que a funcionária Sandra Ihe tinha dito, estavam de facto com dificuldade em responder. Não sabia se o munícipe sabia, mas são cada vez mais pessoas a pedir certidões pelas mais diversas razões, mas ia tentar que Ihe fosse entregue o quanto antes a certidão. Até porque já tinha sido feito da parte do munícipe um esforço que era de considerar, ter feito um levantamento topográfico e ter entregado na Câmara Municipal. -----

----- Em relação à Estrada Municipal/Estrada Nacional esclareceu que era de facto uma Estrada Nacional, mas que tinha sido desclassificada pela Estrada Municipal, mas ainda continuava como EN 379. Quanto aos mapas a que o munícipe se referiu, não eram da responsabilidade da toponímia, eram da responsabilidade da Unidade de Informação, mas devia dirigir-se ao serviço de toponímia e pedir essa informação. -----

----- Depois informou o munícipe que tinha havido uma reunião da Comissão Municipal de Toponímia para apreciar um conjunto de arruamentos, na qual foi sugerido que fosse dado o nome de Professora Cidalisa Marques. E a deliberação da Comissão foi favorável nesse sentido. Essa reunião aconteceu no final de 2016, mas também por dificuldade de resposta dos serviços, ainda não tinham conseguido elaborar a proposta para levar a reunião de Câmara. E também porque queriam tentar que eventualmente fossem atribuídos números de polícia às moradas das pessoas, portanto fechar o processo. Mas confessava, a dificuldade dos recursos humanos inibia-os de tão rápido quanto possível fazer isso. Portanto, quer de uma situação, quer de outra, iria inteirar-se junto dos serviços e dar-lhe-ia em breve uma resposta. -----

----- Após os esclarecimentos da Câmara Municipal, a **Presidente da AM** deu início ao **“Período da Ordem do Dia”**-----

----- **Ponto 1. Apreciação da Atividade Municipal**-----

----- **A Presidente da AM** cedeu a palavra à **Vice-presidente da CM** para fazer a explanação deste ponto. A Vice-presidente referiu que tendo em conta que o próximo ponto era muito denso, e certamente iria merecer a discussão e reflexão por parte das várias bancadas, ela reservava-se para a perguntas que os Deputados lhe quisessem colocar. -----

----- **A Presidente da AM** deu a palavra aos Deputados Municipais para colocarem as suas questões. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- **O Deputado João Rodrigues** referiu que a sua questão tinha a ver com as passadeiras na Azoia, que já tinham sido colocadas. E tinha ficado combinado em reunião com os munícipes da Azoia, que iriam ser colocadas umas bandas sonoras antes das passadeiras para que os condutores fossem obrigados a reduzir a velocidade para evitar acidentes. Na semana anterior tinha havido mais um acidente, porque o condutor ia com excesso de velocidade. Já tinha tido a oportunidade de colocar esta questão ao Vereador Sérgio Marcelino, que deu a indicação que não havia orçamento que permitisse fazer isso até ao final do ano, mas que resolveria logo que pudessem. Estavam no final de abril e ainda não tinha sido feito e era importante que fosse para evitarem mais acidentes.-----

----- Mencionou que como se previa já há algum tempo que fosse transferida para a Câmara uma das alas do Cabo Espichel, gostaria de saber qual era a perspetiva de se concretizar a curto prazo essa transferência. Ainda mais face à aprovação do novo Plano da Orla Costeira Alcobaça/Cabo Espichel, que estava presentemente em consulta pública, e dentro das verbas atribuídas ao concelho de Sesimbra de 8,7 milhões de uros, eram destinados 4 milhões para a requalificação do Santuário do Cabo Espichel. -----

----- Citou que tinha uma dúvida em relação ao novo Plano da Orla Costeira Alcobaça/Cabo Espichel. A Lagoa de Óbidos que é uma Lagoa completamente diferente mas também com problemas de desassoreamento e de dragagem, recebe só para este efeito 17,2 milhões de euros. Gostaria de saber se também coube alguma coisa à Lagoa de Albufeira para desassoreamento e dragagem.-----

----- Por fim citou, que no dia 23 de dezembro houve uma reunião da Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente com a Inspeção-geral das Finanças sobre uma auditoria, julgava que teria sido uma auditoria às contas. No ano anterior tinham recebido atempadamente a auditoria feita relativa a 2012, porque havia um atraso de 4 anos, portanto era importante receberem e analisarem qual foi o resultado dessa auditoria. -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** começou por referir que as suas primeiras palavras eram para o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Augusto Pólvora, que no dia 22 do presente mês os tinha honrado com a sua presença na cerimónia dos 40 Anos do Poder Autárquico. Assim como no dia 25 de abril, na parte da manhã, na inauguração do CAIES – Centro de Apoio à Incubação de Empresas de Sesimbra, e na parte da tarde, no Jardim do Pinheiro Manso. A bancada do PSD queria agradecer o esforço que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito, não obstante a sua condição física, de estar presente nos três eventos. -

----- Depois e quanto à atividade municipal disse que iria colocar questões referentes a sete áreas. ----

----- Quanto à Saúde gostaria que a Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente da Câmara informasse, em que situação se encontra o protocolo celebrado entre a autarquia e o Governo de então PPD/PSD, sobre o Centro de



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Saúde de Santiago. E também em que fase se encontra o andamento em termos de documentação para a construção do Hospital do Seixal. -----

----- Relativamente à educação perguntou em que fase se encontrava a situação do processo da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde, a Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente tinha tido reuniões com a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Educação, gostariam de saber qual foi o resultado das mesmas. -----

----- Depois disse que na última reunião da assembleia tinham dados todos um contributo para o avanço da requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, gostariam de saber que avanços foram dados desde essa altura por parte do Ministério da Educação. -----

----- Em relação a um inquérito feito pelo Ministério da Educação, a todos os agrupamentos de escolas, sobre a indisciplina, queriam saber se a Câmara Municipal e o Pelouro da Educação tinham tido acesso a esse relatório. -----

----- Relativamente ao Urbanismo perguntou como é que estava a situação da Revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde. -----

----- Quanto ao “Edifício Sesimbra Shell” disse que queriam alertar que estava a chegar o verão e certamente que aquele espaço não iria ter grande modificação, gostariam que a Câmara entrevistasse junto da Banca, se é que ainda era a proprietária, ou do novo proprietário, para que tapasse a fachada da frente, e porque não com uma alusão de “Sesimbra é Peixe”, para que quem nos visita, e os que cá moram também, não verem aquele mamarracho em cimento. -----

----- Em relação ao Património perguntou em que fase se encontra a devolução do terreno do Tribunal, tinham passado já muitos anos, os diversos Governos não construíram o Tribunal de Sesimbra e gostariam de saber quando é que o terreno reverte para a posse da Câmara. Porque foi isso que na altura foi acordado com a Câmara Municipal e o Ministro da Justiça. -----

----- Quanto ao saneamento disse que como o verão estava a chegar, havia que atuar e sensibilizar os comerciantes da vila de Sesimbra para não colocarem o lixo ao lado dos moloques quando estes estão cheios, que deixem o lixo dentro dos seus estabelecimentos e quando houver espaço coloquem-no dentro dos moloques. Porque o que se verifica ultimamente é o lixo amontoado junto aos moloques, e isso não é um bom cenário para quem visita a Vila de Sesimbra, nem para quem nela reside. -----

----- Depois citou uma notícia “municípios portugueses já receberam mais de 450 milhões de euros, no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência do uso de Recursos” gostaria de saber se a CMS se tinha candidatado, ou recebido algum valor, neste campo. -----

----- Referiu que na última assembleia tinham aprovado uma moção relativamente ao encerramento

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dos CTT de Sesimbra, gostariam de saber se da parte da Câmara já tinha havido algum contacto com a Administração sobre o espaço ocupado anteriormente pelos CTT. -----

----- Quanto à informação do Vereador Sérgio Marcelino de que as obras do elevador do Mar da Califórnia iriam iniciar em maio e que no mês de julho estaria a funcionar, quis lembrar que a Assembleia Municipal aprovou a construção deste elevador em 2016. Estava quase a chegar o verão, tinham Bandeiras Azuis na freguesia de Santiago, o elevador era um bem essencial, esperavam que não fosse construído só no mês de agosto. -----

----- Para terminar a questão do Turismo. Congratulavam-se pela representação na Feira de Turismo em Barcelona, mas isso não era suficiente. Apelavam à participação da Câmara Municipal de Sesimbra na BTL para se dar a conhecer tudo o que Sesimbra tem de melhor, porque o que se fez até hoje, e já o tinha dito várias vezes, não reflete a realidade do concelho de Sesimbra. -----

----- **O Deputado Rui João** disse que a fiscalização da empresa Empark relativamente ao estacionamento deixava algo a desejar. Nas zonas de comércio era ver os funcionários da Empark de telemóvel na mão a atuar sobre determinados veículos que estão estacionados, mas depois um veículo que está estacionado ao lado nas mesmas condições, salta. Assim como a GNR, no verão desculpavam-se que não tinham pessoal suficiente para colocar na rua, estavam no mês de abril e até agora também não tinham visto nenhum agente da GNR na rua. E nem seria para multar, seria para atuar de uma forma pedagógica e didáctica, porque era ver os lugares de estacionamento de cargas e descargas ocupadas por viaturas ligeiras e as cargas e descargas a serem feitas no meio da rua. -----

----- Depois referiu que numa reunião da assembleia, em janeiro, tinha solicitado ao Vereador da Protecção Civil a sua Declaração de Voto sobre o Plano e Orçamento, estavam a 28 de abril e ainda não a tinha recebido. Tinha pena que o Vereador não estivesse presente porque iria questioná-lo do porquê da sua abstenção na votação do Plano e Orçamento. Tinha pelouros atribuídos, com certeza que tinha dado alguns contributos, gostaria de saber o porquê da sua abstenção. -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** referiu que há muito tempo que não se ouvia falar da Sociedade Grutas do Cabo S.A, a propósito de uma reunião com o Sr. Vereador teve com o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), gostaria de uma breve explicação sobre esta matéria. -----

----- Também gostaria de ter alguma informação sobre uma reunião com o Vereador Polido e a GALP, a propósito do posto de combustível em Sesimbra. -----

----- Disse que na última reunião da Assembleia tinham sido avivadas algumas dúvidas, gostaria de saber quais as medidas que tinham sido tomadas, se já tinha havido negociações com os CTT e a própria

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

junta de freguesia, até porque o Presidente da junta de freguesia do Castelo tinha referido que os CTT estavam a ser “financiados” por algumas autarquias relativamente às instalações. E gostaria que esta matéria pudesse ser um bocadinho escalpelizada, porque era uma situação muito sensível para a população da Vila de Sesimbra.-----

----- Depois disse que queria dar uma dica ao Deputado Rui João, não estava a defender o Vereador do PSD mas achava que os problemas da GNR quanto ao trânsito e à circulação automóvel não são da responsabilidade do Serviço da Protecção Civil, são do Serviço do Trânsito. -----

----- **O Deputado Nuno Nabais** começou por dar os parabéns à Sr<sup>a</sup> Presidente da AM pela forma como tinha decorrido a cerimónia dos 40 anos do Poder Local Democrático, bem como a exposição na Avenida 25 de Abril, sobre a mesma temática. -----

----- Disse que quando pediu para intervir tinha algumas questões para colocar, entretanto os seus colegas tinham-se antecipado. Portanto apenas gostaria que o Vereador Sérgio Marcelino os informasse sobre a reunião que tinha tido com a Empresa Empark, relativamente às zonas mistas que definiu.-----

----- **O Deputado Alain Monteiro** perguntou à Sr<sup>a</sup>. Vice-presidente como é que estavam as obras do Parque da Maçã. Referiu que o sítio do parque era muito arenoso e gostaria de saber como é que seriam as acessibilidades para as pessoas que têm que levar carrinhos de bebés. -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que queria colocar uma questão que há pouco se tinha esquecido. A Quinta do Conde tinha sido ultimamente beneficiada com o corte de pinheiros em várias zonas, gostaria de saber se tinha sido a Câmara Municipal que os mandou cortar, ou se tinham sido os particulares. Se foram os particulares a Câmara não tinha nada a ver, mas já tinha a ver quando levavam os troncos dos pinheiros e deixavam o restante lixo no terreno. Agradecia que a Câmara entrevistasse junto dos lotes onde os pinheiros foram cortados para que fossem limpos, ou pelos proprietários, ou por quem esta entendesse. Mas assim como estava não podia continuar. -----

----- **A Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Vice-presidente da CM** que disse que ia dar os esclarecimentos de uma forma aleatória.-----

----- Começando pela questão do Cabo Espichel informou, que da parte da Secretaria de Estado da Direcção-geral de Finanças e Tesouro tinha sido proposto o valor de 321 mil euros para a Câmara Municipal adquirir a Ala Norte e ficando com a obrigação de recuperar a Ala Sul. A Câmara concordou e ficou à espera que essa operação se concretizasse. Posteriormente a Secretaria de Estado da Direcção-geral de Finanças e Tesouro contactou a Igreja, no sentido de lhe dar conhecimento da proposta feita à Câmara Municipal, uma vez que era esta a proprietária da Ala Sul. E a igreja concordou com a referida

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

proposta. Informou ainda, que só na semana passada tinham recebido a informação, que o Sr. Secretário de Estado tinha dado o parecer favorável à aquisição da Ala Norte por parte da Câmara Municipal. Logo a seguir enviaram um ofício ao Eng.º Alabaça, subsecretário de Estado da Direcção-Geral do Tesouro, a dizer que a Câmara Municipal tinha conhecimento que o Sr. Secretário de Estado já tinha dado o aval à venda da Ala Norte e que ficavam a aguardar que a Direcção-Geral do Tesouro avançasse para a escritura. -----

----- Informou ainda, que entretanto tinha contactado o Dr. Luis Araújo, Presidente do Instituto de Turismo, que é o responsável de colocar na plataforma REVIVE monumentos históricos para recuperação, que a informou que o Cabo Espichel já tinha sido colocado na plataforma. Mas que tinha sido colocado apenas no sentido de aferir a possibilidade de investidores, de qual era o tempo de concessão, qual era a área que estaria afeta, e qual era a natureza do projeto. Informou ainda que havia já três promotores interessados na dinamização da recuperação e utilização do espaço para fins turísticos. E que dois deles até já tinham projetos turísticos que iam ao encontro daquilo que é a intenção da Igreja, ou seja, projetos turísticos religiosos, alojamentos para peregrinos, etc., -----

----- Informou também, que quem iria lançar o concurso, as peças contratuais para hasta pública já seria a Câmara, enquanto proprietária da Ala Norte do Cabo Espichel. Como esperavam que a qualquer momento o Cabo Espichel fosse adquirido pela autarquia, tinham a intenção de no dia a seguir à escritura pôr na Plataforma a hasta pública, para que rapidamente fosse feita a recuperação, até lá iam preparando as peças. Estavam a pensar não fazer um caderno de encargos muito pesado, mas que o projeto fosse suficientemente amplo, com o número mínimo de quartos, para quem fosse investir na sua recuperação tivesse também uma palavra a dizer. E quando o caderno de encargos estivesse feito seria levado para aprovação da Câmara Municipal e depois seria enviado à Assembleia Municipal antes de ser colocado na Plataforma. Tinham feito uma minuta para a Igreja, que a estava a analisar, porque estava acordado que parte da Ala Sul ficasse também afeta ao turismo. E portanto a Câmara ia receber numa figura que seria por comodato, que estavam a avaliar com o Gabinete Jurídico, essa parcela da Ala Sul, que depois iria ser concessionada ao promotor. -----

----- Relativamente à questão da Lagoa de Óbidos disse que na verdade sempre foi desassoreada pela Administração Central, mas infelizmente nunca foi o mesmo entendimento para a Lagoa de Albufeira. E os Deputados sabiam bem, que este tratamento dado de forma desigual às duas Lagoas era inaceitável para a Câmara Municipal. E ainda na altura em que o Sr. Presidente da Câmara estava com saúde, ele próprio reuniu com a Direção da APA, e foi acordado que esta iria fazer em 2017, com recurso a fundos

Ata nº38 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

comunitários, o desassoreamento da Lagoa de Albufeira. Mais tarde ficaram a saber que afinal já não iam fazer o desassoreamento em 2017, e que o dinheiro dos fundos comunitários seria para fazerem um estudo sobre os impactos ambientais, sobre de que forma é que o desassoreamento se podia fazer, sobre que forma é que seriam tratadas as dunas. Até hoje o tratamento continuava desigual, apesar dos compromissos que o Ministério do Ambiente estabeleceu com a autarquia de Sesimbra. E portanto é a Câmara que, mais uma vez, faz a abertura, que faz o investimento. E para a Lagoa de Albufeira, tirando a verba que supostamente vai ser par o estudo, não vem mais nenhuma verba da Administração Central para manter a lagoa aberta. Portanto, iriam continuar a reclamar junto do Ministério do ambiente o tratamento igual que era dado a Lagoa de Óbidos.-----

----- Quanto à reunião com a Direcção-Geral de Finanças informou que tinha estado juntamente com o Vereador José Polido e com três diretores que lhes vieram dar conta do resultado da Auditoria. O resultado foi muito positivo em termos financeiros, tinha-lhes sido dado os parabéns, não só pelo comportamento da receita mas também por terem reduzido muito os prazos de pagamentos a fornecedores. Curiosamente, e isto era incompreensível, apesar de terem reduzido o prazo de pagamento aos fornecedores, apesar do comportamento da receita ser bastante assinalável, da dívida ter diminuído bastante, a Câmara poderia vir a ser penalizada pelo não cumprimento dos 90 dias de pagamento aos fornecedores por apenas 2 meses, nos 12 meses do ano, que tinha escorregado para 95 dias. Caso ocorra a penalização, iriam recorrer à DGAL- Direcção Geral das Autarquias Locais. -----

----- Relativamente ao Centro de Saúde e ao Hospital do Seixal, iria pedir à Vereadora Cláudia Mata, que tem o pelouro da saúde que informasse. No entanto podia dizer quanto ao Centro de Saúde de Sesimbra, que continuavam à espera das calendas gregas, apesar das boas diligências da Vereadora Cláudia e dela própria junto da Tutela para perceberem quando é que iam assinar o protocolo. A Câmara Municipal estava a cumprir com tudo o que se tinha comprometido fazer. Estavam a fazer o projeto de arquitetura, quer para o edifício Anibal Esmoriz, quer para o antigo dispensário, estavam a suportar os encargos com os projetos de especialidades, tinham disponibilizado o edifício do Aníbal Esmoriz que já não tem programação prevista, e continuavam à aguardar de uma forma impaciente quando é que lhes diziam que assinavam o protocolo com o Ministério da Saúde. Quanto ao Hospital do Seixal continuava tudo na mesma desde a última vez que tinha falado com os deputados da Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à reunião com a Secretaria de Estado de Educação disse que também não havia desenvolvimentos. Tinha havido um contacto com o Sr. Delegado Regional de Educação, feito por sua iniciativa própria, no sentido de perceber quando é que era assinado o protocolo. E o que lhe tinha sido

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

dito pelo Sr. Delegado foi, que seria levado a Comissão de Ministros a distribuição das verbas do orçamento da educação para um conjunto de escolas do país que iam ser recuperadas. E as verbas eram dadas conforme as situações. No caso da Escola Navegador Rodrigues Soromenho seria dada à Câmara, porque era esta que ia ser o dono da obra. -----

----- Depois disse ao deputado Lobo da Silva que não tinha conhecimento do inquérito sobre o acompanhamento dos alunos. E que não tinha sido remetido nada à Câmara Municipal. -----

----- Relativamente ao Plano de Revisão da Quinta do Conde disse que era intenção da Câmara Municipal avançar ainda este ano para o início do processo de revisão, mas presentemente em termos urbanísticos estavam com um volume imenso de trabalho, para o pouco pessoal que a estrutura da Câmara tem. E tinha sido apresentada há dois dias atrás aos Srs Deputados a Operação de Reabilitação Urbana (ORU), que como tinham visto era um enorme volume de trabalho. Presentemente havia um conjunto de regulamentos e de documentos de ordenamento urbanístico que estavam a ser feitos, o Plano Diretor Municipal (PDM); a Revisão do PDM, que queriam avançar este ano, estavam a construir a equipa e não era tão fácil como parece, porque são poucos elementos para tantas exigências. -----

----- Quanto à devolução do terreno para o tribunal disse que a Câmara não ia pedir a devolução. Há cerca de mês e meio tinham tido uma reunião com a Sr.ª Secretária de Estado da Justiça, que lhes tinha dito que era intenção do Governo avançar para a construção, não de um Campus de Justiça mas para um Palácio da Justiça. E que tinham a intenção que a Câmara fizesse o projeto, fizesse a obra, mas o dono da obra seria o Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça. Na sequência dessa reunião, tinha-lhe sido pedido duas reuniões, uma pela Ordem dos Advogados e outra pelos solicitadores, no sentido de sensibilizar a Câmara, que vai fazer o projeto, para espaços que serão necessários no edifício, nomeadamente salas para os advogados, espaços para clientes, etc. E tinha-lhes dito que o projeto ia ser feito pela Câmara mas o programa ia ser definido pelo Ministério da Justiça. Na semana anterior tinham recebido a minuta do protocolo e tinha recebido um telefonema do Sr. Presidente do Instituto de Gestão Financeira que lhe disse que era intenção da Sr.ª Ministra assinarem rapidamente estes protocolos, que no distrito será o de Sesimbra e o de Setúbal. E porque é que ainda não tinham assinado o protocolo? Porque o anterior pressupunha que as atuais instalações do Tribunal passasse para a autarquia, e este novo protocolo diz que o Instituto de Gestão Financeira não é proprietário daquele espaço, que quem é proprietário do espaço é a Direcção-Geral de Finanças e Tesouro, e o que iriam propor era que as instalações pudessem vir à posse da Câmara. Portanto, a Câmara não estava devidamente salvaguardada e não tinha concordado com esse teor. Obviamente que o referido espaço foi vendido pela Câmara ao

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Ministério da Justiça e não foi pedido nenhum ónus, à semelhança do edifício dos CTT, e portanto não tinham essa possibilidade legal. Entretanto tinham proposto ao Instituto de Gestão Financeira, que quando o Tribunal estivesse construído e as atuais instalações ficarem vazias, que seja celebrado um protocolo entre este e a autarquia, para que durante um prazo, que tinham que acordar, aquelas instalações pudessem ser, via protocolo, ocupadas pela Câmara Municipal. Aparentemente parecia que esta proposta ia ser aceite. E portanto estariam em condições de assinar o protocolo e avançar para o projeto, até porque era intenção da Sr.ª Ministra que em 2021 o Tribunal esteja a funcionar. -----

----- Quanto aos Fundos Europeus disse que a Câmara estava naquele momento num ritmo alucinante, porque tinham um conjunto de candidaturas no terreno, cujos prazos terminavam no fim de maio e no fim de junho. Desde o PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável; as questões da Escola da Quinta do Conde; a Capela de S. Sebastião; a requalificação da Mata de Sesimbra; a requalificação da Mata da Vila Amália; o Edifício da Rua 2 de Abril – um bloco que está com graves problemas estruturais e que era necessário demolir/reconstruir e dar um outro arranjo urbanístico ao espaço que iria fazer a ligação com a Mata da Vila Amália; a recandidatura para os Bairros Sociais, no âmbito da requalificação dos arranjos exteriores; e o melhoramento do Castelo. E tudo isto tinha que ter projeto de execução, porque quando se faz a candidatura não se pode ir com um esboço. Citou, que a Câmara Municipal de Sesimbra sempre foi muito ágil e muito hábil em garantir que os Fundos Comunitários que estavam à sua disposição fossem captados para fazer investimento no concelho, e fez de facto muita obra. Porque soube fazer em tempo oportuno candidaturas bem-feitas, que foram aprovadas, e iria continuar a fazer dentro do presente quadro comunitário. -----

----- Sobre o encerramento dos CTT referiu que não tinham mais nenhuma informação. Na realidade aquele espaço foi vendido sem nenhum ónus de reversão das instalações para a autarquia, os CTT podem fazer aquilo que entenderem. Era verdade que os CTT contactaram a autarquia, nomeadamente juntas de freguesia, no sentido destas poderem apoiar aquelas instalações, água, luz e ainda funcionários. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santiago acharam bem não aceitar que fundos públicos fossem suportar empresas com lucros fantásticos, para estas estarem sediadas no concelho. E portanto não aceitaram acolher e suportar os serviços dos Correios, porque estes tem que funcionar na lógica pelo qual o Estado vendeu os Correios de Portugal à Empresa. -----

----- Disse que quanto ao Parque da Maçã sendo Sesimbra um concelho inclusivo, a mobilidade irá ser possível a cadeiras de rodas e carrinhos de bebé. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto à BTL disse ao Deputado Lobo da Silva que na verdade não tinham estado de uma forma tão evidente como tinham estado no passado, porque era entendimento da autarquia esta num espaço colectivo, que é o espaço da Região de Turismo de Lisboa, e que tinha a ver obviamente com questões financeiras. Mas o que era um facto é que Sesimbra tinha sido um dos concelhos que mais tinha crescido em procura turística. No entanto não lhe custava reconhecer que teriam que apostar mais. -----

----- Relativamente ao policiamento na vila de Sesimbra informou, que a Câmara estava atenta e já tinha redigido um ofício, dirigido ao Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, referindo que sendo Sesimbra um destino turístico e havendo um acréscimo enorme população na época estival, quase a chegar, se a situação não fosse alterada iria ser muito preocupante, perigoso até. Portanto estava à espera que o ofício enviado colhesse alguns frutos e o reforço policial pudesse ser efetuado em Sesimbra.

----- **A Presidente da junta de freguesia de Santiago, Ana Cruz**, usou da palavra para acrescentar, ao que tinha sido dito pela Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente, que relativamente aos CTT a situação ainda era mais dramática quando lhes era pedido, para além do espaço, da água, da luz, das funcionárias, abonar todos os pagamentos que representavam as reformas, e abonar todos os valores relativamente à aquisição de postais, de selos, etc., seria a Junta de Freguesia de Santiago que teria que comprar todo o material aos CTT e reteria para ela 5% desse valor. Que pelos valores que lhes tinham apresentado, não cobraria nem sequer os gastos que seriam feitos ao nível da luz, e já nem falavam da utilização dos recursos humanos. Depois, abonaria todo o dinheiro relativamente às reformas e responsabilizar-se-ia pelo levantamento desse dinheiro na Caixa Geral de Depósitos, da conta da junta, e o seu transporte até as instalações da junta para o pagamento das reformas. Com as coisas a correrem bem, a junta seria ressarcida de parte da verna, no mínimo a trinta dias após os pagamentos. Portanto após esta proposta, que não era proposta porque as propostas negociam-se e não havia qualquer tipo de negociação possível, e após uma reunião de junta para analisarem este facto, nunca mais tiveram conhecimento de qual seria o procedimento seguinte por parte dos CTT relativamente a Santiago. -----

----- **A Vice-presidente da CM** solicitou a palavra para esclarecer a questão sobre o corte dos pinheiros, que há pouco se tinha esquecido, referindo que efetivamente houve corte de pinheiros, mas não foi feito pela Câmara. O grande volume de corte de pinheiros foi feito pela empresa António Xavier de Lima, em terrenos de sua propriedade, e ainda não tinham sido limpos porque a operação de desmatção não tinha terminado. Mas tinha a informação que em breve os terrenos iam ser limpos. -----

----- Depois passou a palavra à **Vereadora Cláudia Mata** que quanto ao Centro de Saúde de Sesimbra disse, que de facto tinha estabelecido contactos com a ARSLVT e com o Ministério da Saúde sobre a

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

assinatura do contrato-programa para o Centro de Saúde de Sesimbra. Na reunião de Câmara do passado dia 9, tinham ido para aprovação os estudos prévios dos edifícios na Rua Anibal Esmoriz e na Rua Amélia Frade. Depois seguiriam para a ARSLVT para serem validados pelos técnicos, mas essa validação não iria levantar grandes questões porque os estudos prévios tinham sido feitos em parceria com a administração. Por outro lado nada inviabilizava que o processo continuasse sem a assinatura do contrato-programa, porque a minuta do contrato-programa era suficiente para que o processo se desenrolasse. Era uma questão de facto de uma cerimónia, ou de um acto mais público e mais formal. -----

----- Foi cedida a palavra o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse, só para reforçar o que tinha dito a Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente, que todos os equipamentos que a Câmara Municipal ia implementar no Parque da Maçã, seriam adequados a todos os cidadãos com mobilidade reduzida, inclusive o Parque Infantil, os caminhos iam ser feitos todos em saibre.-----

----- Relativamente às bandas sonoras na Azoia disse, que a Câmara Municipal estava em falha não só com o Deputado João Rodrigues como para os Azoianos. De facto as lombas tinham estes problemas para quem não sabe que estas existem e vão a uma velocidade fora do contexto, mas lembrava que tinha sido colocado um aviso logo no Facho da Azoia que referia “Respeite a vida, não vá a mais de 50 km”. E nas fotografias que o deputado tinha mostrado certamente que essa pessoa não ia a 50km à hora. De qualquer forma era melhor prevenir que remediar, estavam em falha, e ia falar com os serviços para saber porque é que não foram colocadas as bandas sonoras. De facto já tinha passado alguns meses e já deviam estar colocadas, pelo menos para se verem se as pessoas abrandavam.-----

----- Quanto à questão colocada pelo Deputado Nuno Nabais, disse que a reunião que tinha tido com os técnicos de facto teve a ver com as restantes zonas mistas que foram aprovadas na Assembleia. Sendo que algumas só seriam implementadas depois de reunidas as condições que iriam também melhorar, as acessibilidades, os passeios e até o próprio estacionamento. -----

----- Cedida a palavra ao **Vereador José Polido**, este informou que a IGF – Instituto Geral de Finanças tinha vindo fazer uma inspecção ao PAEL e que lhes tinha dito que o plano correu muito bem. Recordou, que quando a Câmara Municipal de Sesimbra aderiu ao PAEL, a dívida global era de cerca de 35 milhões de euros, e tinham um prazo médio de pagamento de 304 dias. E no final de 2016, tinham uma dívida de 21 milhões de euros e um prazo médio de pagamento de 62 dias. Portanto isto tinha sido uma recuperação espectacular, mas não havia bela sem senão, a autarquia tinha este resultado, os municípios viram a dívida reduzida, mas o Vereador José Polido, que tem a área financeira, e o Presidente da



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Câmara, podiam ter que pagar uma coima que ultrapassava mais de 100 mil euros. Isto não fazia o mais pequeno sentido e iriam contestar. -----

----- Quanto ao espaço da GALP disse que tinham tido uma reunião no sentido de ser feito um acordo, através do acordo de comodato, entre a GALP e a Câmara Municipal, para ser disponibilizado aquele espaço para estacionamento dos carros dos Bombeiros Voluntários. A GALP tinha sido receptível e ia remover os tanques para poder entregar aquele espaço em perfeitas condições à autarquia. -----

----- **A Presidente da AMS** deu a palavra aos **Deputados Municipais**, solicitando-lhes a capacidade de síntese nas suas intervenções. -----

----- **O Deputado João Rodrigues** disse que tinha falado na auditoria porque o Movimento Sesimbra Unida gostaria de ter acesso à mesma, no sentido de a analisar também e se poderem pronunciar. -----

----- Depois disse que tinha falado no novo Plano da Orla Costeira Alcobaça/Cabo Espichel, porque conhecia bem a Lagoa de Albufeira e sabia quais eram as dificuldades que existem na sua abertura. Entendia que devia haver uma pressão grande da autarquia de Sesimbra, para que as verbas que são disponíveis para o concelho de Sesimbra incluíssem também uma verba para a Lagoa de Albufeira. -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** referiu que, sendo a empresa António Xavier de Lima a fazer os cortes dos pinheiros, na rua Serra da Estrela, na Boa Água 1, já lá não estavam os troncos, só estava lixo. Portanto era bom que avisassem os senhores da empresa para retirar também o lixo. -----

----- Depois disse à Sr.<sup>a</sup> Vice-presidente já que tinha falado falou de turismo e de alguns investidores que querem vir para Sesimbra, uns que compraram o edifício “Sesimbra Shell”, outros as “Villas de Sesimbra”, gostariam de saber em que situação se encontra a Mata de Sesimbra, a quem pertence presentemente este empreendimento que antes era da Empresa Pelicano. -----

----- Questionou, estando Sesimbra a ser muito procurada por turistas, como é que a autarquia estava a acompanhar o processo do Centro de Saúde de Sesimbra, se ia estar aberto no verão para assistência a quem a ele recorra. -----

----- Por último referiu, que a questão do comandante do Posto da GNR de Sesimbra, ao dizer que não tinham efetivos para colocar na rua, deixava-os um bocado preocupados, não obstante aquando da reunião do Conselho Municipal de Segurança ter sido dito pela GNR que o concelho de Sesimbra era um dos mais seguros do Distrito de Setúbal. -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** disse que constatando aquilo que tinha sido dito sobre os CTT, não obstante a junta de freguesia estar no Largo da Marinha que seria o ideal para a Estação dos CTT, não fazia sentido nenhum que uma empresa que foi privatizada, que tem que cumprir um serviço público,

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

não o faça em condições e viesse pedir às autarquias pobres e reles, desculpassem-lhe o termo, deste país que lhe pagassem isto e aquilo, era uma vergonha. Agora era importante que a população soubesse. E se isto já era do conhecimento da Câmara Municipal na primeira reunião, a população sabia disto? A empresa CTT tem que ser claramente posta a nu perante a população da freguesia e tinha-lhe que ser dito tintim por tintim, aquilo que tinha sido exigido à junta de freguesia, porque senão ficava a Câmara e a Junta com o ónus dos CTT estar metida numa papelaria de vão de escada, e não podia ser. Portanto este era o seu pedido, que a população soubesse desta situação. -----

----- **O Presidente da junta de freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes**, perguntou, uma vez que estava prevista para o mês de março uma visita da Assembleia Municipal à freguesia da Quinta do Conde, se a visita ainda se ia realizar no atual mandato.-----

----- Quanto à questão dos Correios referiu que no caso de haver uma avaliação das duas freguesias, Santiago e Castelo, que essa avaliação ponderasse a área do concelho, porque a Quinta do Conde também estava a ser prejudicada tendo em conta o aumento demográfico que registou e deveria ter uma resposta mais qualificada. A resposta que era dada no único posto existente já era manifestamente insuficiente e uma parte do serviço, a zona sul da Quinta do Conde, tinha sido transferida arbitrariamente para uma papelaria, como era óbvio as condições são diferentes, as pessoas sentem muitos inconvenientes, designadamente a privacidade da sua correspondência. E portanto reiterava a necessidade que este problema fosse abordado para a globalidade do município.-----

----- Seguidamente **a Presidente da AMS** esclareceu três questões que lhe tinham sido colocadas. ---

----- Relativamente à solicitação da cópia da declaração feita pelo deputado Lobo da Silva, disse que a mesma ainda não tinha sido entregue e portanto não tinha sido possível enviar a quem a solicitou. -----

----- Quanto à Declaração de Voto do Sr.º Vereador Francisco Luis, que à posterior vem anexo ou complementando a ata da reunião de Câmara, a Assembleia Municipal não a tinha recebido. Como o Vereador não estava presente e tanto quanto sabiam não estava bem de saúde, o Deputado teria que perguntar diretamente ao Vereador na próxima reunião. -----

----- Relativamente à visita dos eleitos à freguesia da Quinta do Conde disse que muito em breve seria marcada uma reunião ao nível da Comissão de Líderes, até para fazer o balanço do trabalho. E portanto era uma situação a ponderar e dariam conhecimento da data ao Sr. Presidente da Junta de freguesia. ---

----- Seguidamente **a Presidente da AM** deu início ao **ponto 2. “Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2016 e aplicação do resultado líquido do exercício de 2016”**-----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Depois cedeu a palavra à **Vice-presidente da CM**, que por sua vez solicitou ao **Vereador José Polido** que fizesse a explanação, uma vez que tinha sido ele que esteve na reunião conjunta das comissões.-----

----- **O Vereador** começou por agradecer a presença do Dr. Aníbal Sardinha e do Dr. Leonilde Cachão que estavam ali para esclarecer alguma questão sobre este ponto. -----

----- Depois referiu que na reunião das Comissões, tinham-no acompanhado, o Dr. Sardinha, o Dr. Leonildo Cachão, a Dr<sup>a</sup> Graça Candeias; o Dr. Mendonça e a Coordenadora Catarina Fernandes e tinha sido questionado por três deputados e sobre três questões em concreto.-----

----- Portanto ia tentar reduzir ao máximo, mas não ia ser fácil porque o documento tinha 165 páginas, e tinham ainda o ROC - Relatório Oficial de Contas. Dado o adiantado da hora e porque os munícipes lhes mereciam todo o respeito iria fazer uma breve introdução. -----

----- O modelo de desenvolvimento do concelho assenta nos objetivos estratégicos aprovados pelos órgãos autárquicos ao longo dos anos, com impacto direto na vivência do quotidiano da população, continuou a ser concretizado durante o ano transato. No seguimento do que tem vindo a ser implementado nos últimos anos, a concretização dos documentos previsionais atingiram níveis altamente satisfatórios, os quais contaram com a colaboração efetiva e permanente dos agentes económicos e locais dos trabalhadores da autarquia. As decisões dos órgãos autárquicos no que se prendem as principais receitas do município e os recursos humanos, materiais e financeiros, disponíveis, permitiram alcançar uma redução da dívida na ordem dos 3,5 milhões no ano de 2016.-----

----- Referiu que foram levados a cabo os estudos e preparação dos trabalhos com vista a futuras candidaturas, tendo já sido uma aprovada para o saneamento da Azoia e uma parte poente do Zambujal, em cerca de 2 milhões de euros, e mais uma vez a Câmara Municipal de Sesimbra soube elaborar e ia ter os dividendos, cerca de 1,5 milhão de euros, que era o máximo que podia ir buscar nessa candidatura. E lamentavam que mais uma vez o Estado Português, nestas candidaturas, disponibilizasse verbas para questões específicas, porque também gostariam que o Estado disponibilizasse verbas para a remodelação e substituição das condutas das águas, porque como toda a gente sabia a maior parte do concelho tinha sido infra-estruturado com o abastecimento de água após o 25 de abril e as condutas estavam velhas. E também porque a população do concelho tinha aumentado substancialmente. -----

----- Foram realizados alguns investimentos e que destacaria os mais relevantes: O Museu Marítimo de Sesimbra; a requalificação da Mãe de Água no Cabo Espichel; a extensão da rede de saneamento da





## Assembleia Municipal de Sesimbra

freguesia do Castelo; o reforço do abastecimento de água do concelho; a melhoria da rede viária nas freguesias do Castelo e Quinta do Conde; e as obras de urbanização das Augi's. -----

----- Relativamente ao investimento e projetos a que a Câmara Municipal se propusera concretizar, o Vereador enunciou os mais relevantes. -----

----- Na Educação, continuavam a fazer a beneficiação dos espaços de jogos e recreios; a beneficiação do parque escolar do concelho; a distribuição dos cabazes às famílias mais carenciadas e as refeições nas pausas letivas; os passes sociais gratuitos do 5º ao 9º ano e 50% dos passes do 10º ao 12º ano; o financiamento do apoio logístico à Orquestra Geração, da Boa Água; e o reforço dos protocolos com as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

----- Nas Bibliotecas, Desporto e Tempos Livres, as festas tradicionais; a 10ª Temporada da Ópera da Casa da Música, no Cabo Espichel; a atribuição do Prémio Científico de Sesimbra; a realização dos eventos tradicionais, como a regata das aiolas; a travessia da baía a nado; a corrida de Sesimbra; a gestão da piscina de Sesimbra; o protocolo com a piscina da Quinta do Conde – para que a população fosse tratada toda da mesma forma; o apoio dos planos do desenvolvimento desportivo; as quinzenas da Onda Jovem; as Férias Jovens; os jogos desportivos escolares; o corta mato escolar; a beneficiação dos pavilhões ginnodesportivos de Sampaio e da Quinta do Conde; a dinamização dos serviços educativos da Bibliotecas, do Cineteatro e dos Museus. E manter-se-iam os eventos que fazem de Sesimbra um local de atração turística no panorama cultural, o Carnaval, os Santos Populares, e o Réveillon. -----

----- Na Área da Ação Social, os projetos “Sempre a mexer para não envelhecer” e “Gente Ativa”; a intervenção do Espaço Solidário; o apoio à reabilitação e recuperação das habitações, nomeadamente na ligação do saneamento, para as pessoas mais carenciadas; a consolidação do projeto Farmácia Solidária; a distribuição de equipamentos a famílias carenciadas; o projeto de apoio à Deficiência; e o aprofundamento da colaboração com o ABAS. -----

----- Na Área da Saúde, o projeto de prevenção para comportamentos de risco; o apoio à Federação Portuguesa de Autismo, na iniciativa “Acendam a Luz Azul”; a parceria com a Cercizimbra – na iniciativa “Ilumina-me”, que assinalou o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; e o protocolo para a construção do centro de Saúde de Sesimbra. -----

----- Na Área da Habitação e Urbanismo, a manutenção e conservação dos Bairros Sociais; o reforço da iluminação pública na Quinta do Conde; a continuação dos trabalhos da Revisão do PDM-Plano Diretor Municipal, que esperavam estar concluída em 2018; e a conclusão das obras de infra-estruturas da Augi 24, na Quinta do Conde. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Ao nível do Saneamento e Salubridade, a execução de extensões de rede nas freguesias do Castelo e da Quinta do Conde; a manutenção e beneficiação das instalações electromecânicas; o reforço da rede de ecopontos, não tantos como gostariam que fosse, porque era uma atribuição da Amarsul e a Câmara tinha que estar sempre a pedir, mais uma vez uma empresa que era pública passou para uma empresa privatizada através da EGF- Empresa Geral de Fomento, e agora como 50% era da Mota-Engil e como têm que ter lucro reduzem a prestação de serviços.-----

----- No Ambiente e Paisagismo, a manutenção do Parque da Várzea na Quinta do Conde; o reforço da limpeza urbana, e destacou a aquisição de uma mini-grua que estava exclusivamente na Quinta do Conde a fazer 2 turnos na recolha dos envoltentes aos contentores; o aumento dos protocolos com as juntas de freguesia da Quinta do Conde e do Castelo – que tem por base o reforço da limpeza e o corte das ervas; o reforço na limpeza das praias; a abertura da Lagoa de Albufeira; a manutenção da Bandeira Verde no Programa Eco XXI; o financiamento do Centro de Interpretação da Lagoa Pequena; a manutenção das Bandeiras Azuis nas praias, do Ouro, da Califórnia, do Moinho de Baixo, e da Lagoa Mar. -----

----- Na Proteção Civil, a continuação no espaço de vigia, que ia ter um melhoramento na zona envolvente; a vigilância no concelho contra o risco de incêndios; ações de prevenção e sensibilização nos vários estabelecimentos de ensino no concelho; o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança; e a execução de planos de segurança para as instalações municipais.-----

----- No Abastecimento de Água, o controle de qualidade de água, e um investimento muito substancial para que não falte a água.-----

----- No Turismo, a campanha do “Sesimbra é Peixe”, uma aposta crescente; a realização da ZimbraMel, no Cabo Espichel; a participação na BTL; as comemorações do Natal, do Réveillon e do Dia dos Reis; o Carnaval; as Comemorações do Dia do Pescador; o Festival do Mar; a realização da II edição na Quinta da Moagem; o projeto Cabaz do Peixe – que está a ter muito sucesso e que já chegou a Lisboa. --

----- Na Toponímia, o trabalho que tem vindo a ser feito na atribuição de topónimos; e a colocação de placas toponímicas, designadamente na freguesia do Castelo, em parceria com a junta.-----

----- Na Rede Viária e Transportes, a reabilitação e repavimentação de muitas ruas do concelho. Após a ligação do saneamento e da água, seria a conclusão da rede viária. -----

----- Na Modernização, Qualidade e Comunicação, foram feitas produções de filmes para um *site* e promoção externa; a implementação dos planos de manutenção dos edifícios; e a concretização das auditorias internas. -----

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Depois o Vereador referiu, que isto só tinha sido possível graças à colaboração das Instituições e agentes económicos do concelho, com particular importância para os trabalhadores da autarquia que foram os grandes obreiros do presente orçamento. -----

----- Relativamente ao orçamento propriamente dito, referiu que o mesmo teve como base inicial um valor de 46.416 milhões de euros e teve uma concretização de 42.430 milhões de euros, ou seja, uma taxa de execução de 92,5%. Sendo de particular importância o saldo real corrente, ou seja a receita/despesa corrente que consegue ser libertada para fazer face aos investimentos, cerca de 4.435, milhões de euros. Salientou, que aquilo que o Estado transfere para o município de Sesimbra são apenas 200 mil euros, para fazer face ao investimento. -----

----- Quanto às receitas de 46 milhões e que tinham conseguido arrecadar 42.430 milhões de euros, 40 milhões eram das receitas correntes e destas a grande fatia era dos chamados impostos diretos, cerca de 18 milhões de euros. -----

----- Referiu que o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a receita mais importante que a Câmara Municipal tem, teve uma taxa de arrecadação de cerca de 13 milhões de euros. -----

----- Na venda de serviços correntes, a água, o lixo, o saneamento, foi arrecadado 12,416 milhões de euros. Sendo que houve aqui uma particularidade na execução orçamental, que teve a ver com o IMT- Imposto Municipal de Transações, porque a previsão deste imposto era de 3,2 milhões de euros e foi arrecadado 3, 347 milhões de euros. Portanto uma taxa de arrecadação de 104,6%. Realçou que isto significa que o Concelho de Sesimbra está a ser muito procurado, estava a haver muita transacção de imóveis. Em Sesimbra, segundo as informações que tinha, quando se vê uma placa a dizer vende-se, o imóvel já está vendido. E isso acontece também na Azoia, um destino muito apetecível para estrangeiros.

----- Relativamente às despesas disse que a previsão era de 46 milhões de euros, e o total das despesas, pagamentos efetuados e assumidos e não pagos, totalizaram 45.455 milhões de euros, uma taxa de 97,9 %. As despesas assumidas e não pagas, são 3.604,421 milhões de euros. -----

----- Destacou das despesas correntes para as despesas de capital, 35 milhões de euros para as despesas correntes e 9,9 milhões de euros para as despesas de capital. Das despesas correntes realçou uma bastante relevante, que era a despesa com o pessoal, no valor de 17 milhões de euros, quase 50% das despesas correntes da autarquia. -----

----- Passando às Grandes Opções do Plano, referiu que estas tinham um valor de 19.344 milhões de euros, dos quais tinham pago 17.791 milhões de euros. Portanto tinham pago 71% do que estava inicialmente previsto. E as GOP's como sabiam, são as grandes opções muitas vezes determinadas por

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

diversos factores, e nomeadamente os atrasos, ou na aprovação das candidaturas, ou nos projetos, as obras que estavam previstas e o que estava calendarizado não era realizado. Portanto entendia que era um valor bastante interessante, sobretudo para o valor pago de quase 14 milhões de euros. -----

----- A dívida da Câmara no final de 2016 era de 20.197,844 milhões de euros, uma dívida que no ano de 2012 era de 35 milhões de euros. Foi feito um esforço de redução e tinham conseguido reduzir 13.759 de euros em 4 anos, e com todo o investimento que se via na rua. E com uma dívida de curto prazo de 3.604 milhões de euros e com um saldo de tesouraria de 1.6 milhões de euros.-----

----- Relativamente à contabilidade de custos disse que 2016 foi um ano importantíssimo, tinham entrado na fase cruzeiro da contabilidade de custos e isto fez com que a autarquia soubesse exatamente quais eram as áreas e quais eram os custos diretamente afectados a cada uma delas, Além disto permitiu ainda um maior rigor na gestão.-----

----- Depois disse que iria passar para o relatório do Revisor Oficial de Contas, porque era importante também dar algumas notas, sobretudo à questão do património. Em 2016 tinha sido feito um trabalho excelente, atendendo às pessoas que estão na área, 5 pessoas para o património mobiliário e imobiliário. Que registam os terrenos todos, fazem as permutas, os contratos de arrendamento, vão às reuniões dos condomínios das casas que são propriedade da Câmara, e verificam os parquímetros. E tinha que dar os parabéns a essas pessoas.-----

----- Quanto às imobilizações em curso referiu, no imobilizado dos bens do domínio público em 2015 tinham 4.126 milhões de euros e tinham chegado ao final do ano com 1,454 milhões de euros. Na parte do imobilizado incorpóreo tinham 18 mil euros e passaram para 3 mil euros. No imobilizado corpóreo tinham 3.580 milhões de euros e passaram para 720 mil euros, uma redução de 80%. -----

----- Relativamente às disponibilidades financeiras disse que tinham passado de 1.662 milhões de euros para 2.900 milhões euros. Portanto um crescimento de 77%. -----

----- Quanto aos fundos próprios da autarquia passaram de 103 milhões de euros, para 106 milhões, um crescimento de 3%.-----

----- A dívida de médio e longo prazo passou de 18.900 milhões de euros, para 16.700 milhões de euros, uma redução de 12%. -----

----- A dívida a terceiros de curto prazo passou de 9.165 milhões de euros para 7.719 milhões de euros, uma redução de 16%. -----

----- Os custos e perdas financeiras, fruto da conjuntura que estavam a atravessar de pagar atempadamente, até dos próprios juros, a Câmara tinha contratado um empréstimo de 2 milhões de

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

euros, com taxas de juro de 0,55%, passaram de 712 mil euros para 540 mil euros. Portanto uma redução de 24% num único ano.-----

----- Quanto ao resultado líquido disse que tinha havido um aumento de 11%. Passaram de 1.605 milhões de euros para 1.780 milhões de euros. -----

----- Indicou que as previsões, riscos e encargos, estavam ali todos feitos nos processos judiciais que pudessem existir, o Auditor tinha feito o apanhado de todos. As previsões estavam todas pelos 100%. E no final a circularização que foi feita corresponde a 77% dos saldos e foram confirmados 95% dos valores circularizados. E da análise obtida das respostas dos fornecedores não foram identificadas divergências relevantes. -----

----- Para finalizar, realçou que a autarquia tinha uma capacidade de endividamento líquida, de 6,9 milhões de euros. Ou seja, tinha um limite de dívida total de 55.927 milhões de euros, tinha uma dívida de 21.198 milhões, um diferencial de 34.729 milhões de euros. Podendo utilizar, face às regras, 20% desse montante, ou seja, mais 7 milhões de euros. Portanto tinham passado de uma situação muito complicada, fruto da legislação que tinha sido imposta, para uma situação francamente estável, e com o prazo médio de pagamento de 62 dias, de acordo com o reporte provisório da DGAL. Pensava que em termos de execução orçamental tinha sido excelente e estavam todos de parabéns. -----

----- Terminada a explicação do Vereador José Polido, a **Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- **O Deputado João Rodrigues** disse que daquilo que foi ali dito e da análise da ata da reunião extraordinária de 31 de março de 2017, eram enaltecidas uma série de questões, e com razão, até porque o Movimento Sesimbra Unida desde a primeira hora também tinha privilegiado o equilíbrio financeiro, o orçamento de suporte às presentes contas votavam favoravelmente, porque entendiam que as autarquias, não só Sesimbra, devem ter um equilíbrio financeiro mínimo. E não tinham dúvida que no passado tinha havido desequilíbrios financeiros. Agora, para além dos méritos que estavam ali referidos, era muito importante que tivessem a noção de uma coisa, o agradecimento ao público e ao cidadão comum. Efetivamente os trabalhadores deram tudo o que puderam dar, tinha havido boa gestão dos recursos, mas tinham que ter esta noção “não há omeletes sem ovos” e tinham que perceber como é que aquilo tinha resultado e de onde é tinham vindo esses ovos. E para terem uma ideia, a evolução dos proveitos relativos às vendas e prestações de serviços e impostos e taxas de 2012, que eram cerca de 27 milhões de euros, em 2016 a Câmara recebeu 33 milhões de euros. Ou seja, um diferencial de 6 milhões de euros entre aquilo que a Câmara recebeu em 2012 e aquilo que recebeu em 2016. Era destes “ovos”

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que estava a falar e que tinham permitido aquela redução. Dava o mérito à gestão, dava o mérito à prioridade do equilíbrio, mas tinham que perceber que aquele dinheiro vinha do público, vinha do cidadão, daqueles que tinham casas no concelho de Sesimbra, e era a esses que tinham que agradecer. Porque na ata da própria Câmara era referido, e muito bem, “*que os bons resultados obtidos passaram por não castigar os munícipes com o não aumento de impostos e taxas*”, isto era verdade, não tinha havido aumento de impostos e taxas, mas havia uma coisa que era a carga fiscal. E a carga fiscal é a relação entre a cobrança de impostos e o produto interno bruto. O produto interno bruto, o cidadão comum, não tinha aumentado, com o aumento de cobrança de 6 milhões de euros comparativamente entre 2012 e 2016, mas alguém pagou, alguém aumentou a carga fiscal. E quando estava a falar deste aumento só de 2012 para 2016, se somassem o valor do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis de 2011, por exemplo, e sucessivamente, só do IMI tinham cobrado mais 14 milhões de euros. E aquilo que queria enaltecer era que esses 14 milhões de euros foram retirados do ordenado disponível das pessoas. E isto era evidente que era um peso para a sociedade e um peso no concelho de Sesimbra. Era claro que a venda da prestação de serviços da Câmara tinha evoluído menos, mas o IMI era significativo e era real. E era esta mensagem que queria deixar, que também se reconhecesse o esforço adicional do cidadão, porque efetivamente a taxa era a mesma mas tinha mais carga fiscal. -----

----- **O Deputado Alain Monteiro** referiu que em relação à intervenção do MSU obviamente que quem paga impostos espera receber algo em troca, e foi precisamente o que aconteceu em 2016. Agora também tinham que compreender ali um factor muito importante, aqueles impostos municipais eram certamente a grande fonte de rendimento da própria autarquia. Porque como tinha dito o Sr. Vereador Polido, as transferências do Poder Central tinham sido mínimas. Mas reconheciam o esforço de todos, reconheciam o esforço dos sesimbrenses, para além daqueles que lhes era pedido noutro tipo de impostos, mas também queriam enaltecer o esforço feito pelo executivo municipal. E a bancada da CDU iria votar favoravelmente o presente relatório de contas, porque concordava com o que foi apresentado e considerava que os dados apresentados eram francamente positivos. E também, por tudo o que os presentes dados representavam a nível de investimento no concelho e nas três freguesias. De facto tinham tido uma gestão muito rigorosa dos dinheiros públicos, justamente com grande respeito pelo esforço que era pedido aos munícipes, porque de facto sem esse esforço nada seria possível. -----

----- Depois disse que ia destacar alguns indicadores. A dívida global, em 2016, atingiu 21,2 milhões de euros, e não se podiam esquecer que esta dívida chegou a atingir, em 2011/2012, os 34,9 milhões de euros, fruto de opções políticas do executivo municipal, opções essas que permitiram ao concelho de

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra conhecer um desenvolvimento ímpar e tinham sido muitas as intervenções ao longo dos últimos 3 mandatos. O executivo municipal tinha endividado a Câmara perto dos 9 milhões de euros, naquele momento tinha recuperado quase 14 milhões de euros de dívida, ou seja, não só tinha recuperado a dívida que criou, como também tinha recuperado a dívida que recebeu em 2005 do executivo socialista. E em termos do Imposto Municipal sobre Imóveis, o atual executivo foi aquele que mais baixou a taxa deste imposto, que vinha da gestão socialista de 0,5 e tinha baixado para 0,4. -----

----- Recordou que em 2016, porque todos os anos o Partido Socialista atirava as culpas para cima do executivo de que a carga fiscal era enorme, o PS como queria aliviar a brutal carga fiscal propôs uma redução do IMI, para passar de 0,40 para 0,39, de facto uma enorme redução da carga fiscal, e logo aí se notava um pouco de má-fé, na sua opinião, por parte do Partido Socialista, quando acusa o executivo municipal de aumentar os impostos e de aumentar a carga fiscal sobre os munícipes. -----

----- E tinham chegado então a 2016 com indicadores bastante positivos, já sabia que a bancada do Partido Socialista ia votar contra o relatório de contas de 2016, mas tinha tido o cuidado de pesquisar e tinha encontrado uma declaração de voto, que tinha solicitado aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, e o Partido Socialista tinham votado favoravelmente as contas de 2005, onde todos os indicadores não eram tão favoráveis como os que tinham sido apresentados de 2016. E isso de facto só tinha acontecido porque o executivo era PS e não CDU. Por isso não vinha mal ao mundo, se o PS votasse favoravelmente o presente relatório de contas, mas também concordava que o não fizesse, porque não concordava com as opções políticas da CDU. Contudo, era importante saber, que as opções políticas da CDU assentam no seu modelo de desenvolvimento para o concelho, e que por sua vez se baseiam em três vetores chave, o melhoramento e o alargamento das infraestruturas básicas e de apoio; o equilíbrio e a consolidação das contas da autarquia; e a prestação de um serviço público de qualidade. -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira** disse que a intervenção do Deputado Alain calhava mesmo bem. E só ia dar um indicador daquilo que em 2005 tinha, quase três vezes melhor, que foi o investimento, 12 milhões de euros, e naquele momento eram 5,6 milhões. Aliás, era uma questão para a qual o Partido Socialista vinha há algum tempo a chamar a atenção, e que representava a sua forma de estar relativamente a esta matéria. Não havia ali uma crítica por em 2016 a Câmara só poder ter disponibilizado para investimento 5,6 milhões de euros, o que havia era que, no ponto de vista do Partido Socialista, o investimento sobretudo tendo em conta depois a situação do PAEL, que não é um mero constrangimento à gestão como a câmara afirmava, e entendiam que o investimento estava muito concentrado em determinados pontos do mandato, e deixava em aberto os dois últimos anos, como se

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

estava a ver, e provavelmente o ano em curso. E essa era uma das matérias com que não concordavam. Mas como o Alain disse e bem, a CDU teve as suas opções, o PS teria outras opções, e isso justificava uma posição contra do Partido Socialista que, aliás, tinha ficado clara em termos da Câmara.

----- Primeiro tinha a ver com alguma desconsideração, os documentos não podiam ser entregues aos vereadores dois dias antes. O relatório do ROC, sistematicamente, não podia ser entregues aos membros da assembleia no dia da reunião da Assembleia, sob pena de não terem tempo sequer para olhar para eles. Ele como tinha a possibilidade de durante o dia não ter grande ocupação, ia-se ocupando com estas coisas, e tinha visto as questões do património que o Sr. Vereador, e bem, tinha referido sobre o relatório do ROC, e achava que a Câmara tinha razão quando dizia o que dizia em relação às questões da avaliação do património que o ROC colocava. E portanto a complexidade e a importância daqueles documentos, não podiam ser entregues aos vereadores do Partido Socialista 2 dias antes. As notas que saem no *site* da Câmara, no Boletim da Câmara, não podiam desconsiderar as posições que o Partido Socialista tomava em relação a estas matérias, tinham que as referir, tinham que as documentar. Portanto, havia aqui alguma desconsideração, para não dizer mais, em termos do funcionamento da nossa democracia. -----

----- Depois, outra questão importante e que já tinha sido ali referida pelo MSU, a questão da carga fiscal. Face aos resultados que a Câmara Naquele dia ali lhes trazia, era possível, e desejável, que tivesse havido algum alívio fiscal para as empresas e para as famílias. Porque isso iria representar seguramente um maior desenvolvimento económico do próprio concelho, com reflexo por outras vias, também na própria receita municipal. E portanto, eram as opções da CDU, o Partido Socialista tinha feito algumas propostas, a maior parte delas foram liminarmente rejeitadas, nem sequer foram entendidas como propostas válidas, e naturalmente isso também ajudava a que eles tivessem uma posição de alguma crítica. E portanto tudo isto fazia com que efetivamente a posição que o Partido Socialista adotava em relação ao presente documento fosse o de não o aprovar, votá-lo contra, sem qualquer drama, sem qualquer problema, e no seguimento e na coerência daquilo que tinham vindo a dizer. -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** referiu que quanto à presente matéria o PSD iria ser breve na sua intervenção, não iria entrar em qualquer discussão como o que tinham acabado de assistir entre a “gerigonça”. No entanto no relatório tinham alguns aspetos que gostariam de ver inseridos, e que não estava ali quantificado, como era a questão da revisão do Plano de Urbanização da Quinta do Conde. Relativamente à questão da permuta dos terrenos da Ribeira do Marchante com os terrenos em zona verde e zona de atravessamento na Quinta do Conde, ele achava que era um lapso, não estava ali focado





## Assembleia Municipal de Sesimbra

no capítulo da habitação e urbanismo, e pensava que era importante que a autarquia tivesse referenciado como é que estava esse processo. -----

----- Quanto ao urbanismo referia ali, a aprovação do alvará das AUGI na Lagoa de Albufeira e a realização de obras de urbanização, ele queria alertar que existem pessoas na Lagoa de Albufeira que continuam deficitárias de água e de luz, mas que pagam os seus impostos.-----

----- Relativamente ao ambiente e paisagismo, disse que estava ali referido um reforço da limpeza urbana, não queria dizer que não tinha havido, mas a limpeza urbana continuava a ser deficitária no concelho. E a Câmara tinha que tomar atenção, não obstante ter havido algum investimento. -----

----- Em relação às atividades económicas e turismo, a continuação da implementação do plano estratégico de desenvolvimento do turismo, disse que na opinião do PSD este plano esta a ser aplicado a medo e deveria ser mais proactivo. Agora era evidente que isto eram as opções de quem gere uma Câmara, e poderiam ser todas questionáveis, ou não, uns fariam de uma forma, outros fariam de outra.

----- Quanto ao números e aos valores disse, e como dizia Francisco de Sá Carneiro, *a política sem risco é uma chatice mas sem ética é uma vergonha*, que o PSD iria reconhecer que efetivamente as contas eram umas contas boas, que ao findar o ano 2016 a Câmara Municipal conseguiu atingir. De facto a dívida tinha baixado, a dívida global também tinha baixado, havia investimento, os prazos de pagamento aos fornecedores, que outrora eram de cento e tal dias, naquele momento estava nos 62 dias, efetivamente tinham que reconhecer ali publicamente o trabalho de todo o executivo. -----

----- No entanto, e para concluir, gostaria de referir alguns aspetos que tinham ajudado a chegar aos presentes resultados. Em primeiro lugar os trabalhadores da Câmara Municipal, que tinham que ser reconhecidos pelo esforço colossal que fizeram nestes últimos anos. Depois os munícipes que cumpriram escrupulosamente com as suas obrigações, porque se cumprissem a Câmara não tinha aqueles resultados. Depois também a questão do PAEL, que tinha vindo aliviar as tesourarias de várias Câmara e nomeadamente para autarquia de Sesimbra. E porque efetivamente tinha havido uma contenção das despesas na aquisição de bens e serviços, também na contenção de despesas de serviços fundamentais. E tudo isso conjugado dava aqueles resultados. E para que não dissessem que o PSD não reconhecia o trabalho feito, todo o executivo, toda a vereação, tinha sabido aproveitar toda a conjuntura que tinha sido proporcionada à autarquia. E já tinha dito uma vez na Assembleia, que o concelho de Sesimbra até parecia que não tinha tido uma crise, porque tinham sabido ultrapassar. -----

----- **O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vitor Antunes** disse que o que o tinha levado a pedir a palavra, tinha sido o facto de ter ouvido uma referência relativamente aos registos

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

cadastrais, e para que ficasse em ata, queria dizer que não se conformava com o número de prédios que fisicamente estão na freguesia da Quinta do Conde, mas depois são tributados por outras freguesias, designadamente a freguesia do castelo, e a freguesia de Fernão Ferro. Portanto, eram erros cadastrais que era urgente corrigir e deixava o registo, tinha feito bastantes diligências e ainda não tinha conseguido resposta para isso. -----

----- Depois e a propósito da prestação de contas, disse que na Assembleia de freguesia da Quinta do Conde tinha sido aprovada há dias a 4ª sessão de prestação de contas, porque era um ciclo que fechava, e todas elas tinham sido aprovadas sem qualquer voto contra, e era esse sentido de responsabilidade que sugeria aos membros da Assembleia Municipal. Não acreditava que os membros dos outros partidos que na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde tinham votado a favor, ou no caso de um em concreto, apenas um ao longo dos últimos 4 anos, que se absteve, o tivessem feito de ânimo leve, certamente que tinham ponderado bem. E portanto era essa ponderação que queria deixar. -----

----- Disse ainda “que *quando a manta é curta não chega para tapar tudo*” e havia uma coisa que não queria deixar passar. Quando alguns deles ali na assembleia faziam o reconhecimento dos trabalhadores, absolutamente justo, era bom que se dissesse que nos momentos em que estavam ali a discutir documentos que tinham a ver com os trabalhadores nem todos tinham tido a mesma opinião. E no caso concreto da Quinta do Conde, também aqui uma nota, apesar do ataque que tinha havido em todas as frentes e concretamente à dos trabalhadores, nenhum trabalhador na Quinta do Conde alguma vez trabalhou mais que as 35 horas. O horário de 40 horas nunca tinha sido praticado. Portanto, no momento em que eles elogiavam ali, com toda a justiça, a dedicação, a participação, e o empenho dos trabalhadores, não bastavam apenas as palavras eram necessários também os actos. -----

----- **O Deputado João Rodrigues** disse que queria deixar explícito, porque na sua intervenção tinha dito que o Movimento Sesimbra Unida privilegiava o equilíbrio financeiro e que tinham votado favoravelmente a proposta de orçamento, que por esse facto iam também votar favoravelmente as contas ali presentes, resultado desse orçamento que tinham aprovado.-----

----- **O Deputado José Guerra** disse que o Bloco de Esquerda tinha votado contra as Grandes Opções do Plano (GOP). Desde 2013 que defendiam algumas alterações nos impostos, como baixar o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os 3,5, só há dois anos é que juntamente com o PS tinham defendido o IMI baixar para os 3,9, porque tinham pensado que era mais fácil passar na assembleia essa pequena diferença. E portanto, como tinha votado contra as GOP, em relação à prestação de contas iria



## Assembleia Municipal de Sesimbra

abster-se, sendo que as contas apresentadas, não seguindo a linha que o BE propunha de funcionamento, programa autárquico, tinham resultado um bocado do programa do executivo. -----

----- **O Vereador José Polido** pediu a palavra para ler a nota final do documento. -----

----- **A Presidente da AM** disse que não lhe tirava a oportunidade da leitura, mas os documentos tinham sido atempadamente distribuídos e portanto com tempo suficiente para que todos pudessem fazer as respetivas leituras. Pensava que Vereador tinha intenção de sublinhar aquilo que porventura seria uma justificação da sua parte às questões colocadas. -----

----- **O Vereador José Polido** disse que era isso exatamente e a Presidente cedeu-lhe a palavra. Então o Vereador passou à leitura da Nota Final, que aqui se transcreve: -----

----- *“Para os objetivos de progresso, valorização e projeção do concelho de Sesimbra com expressão nas diversas vertentes de ação municipal, contribuíram sem dúvida os resultados provenientes dos trabalhadores envolvidos com eficácia na respetiva execução ao longo de 2016. Tais resultados só foram possíveis perante a gestão financeira prudente que contou com a responsabilidade, participação e empenho de todos os eleitos, bem como com a capacidade, envolvimento e qualidade de trabalho, evidenciado pelas realidades dos funcionários da Câmara Municipal.*-----

----- *A colaboração das instituições e agentes económicos do concelho – estes agentes económicos, entenda-se munícipes e não munícipes, revelou-se igualmente importante para os resultados apresentados. A todos aqueles que contribuíram para que estes resultados fossem alcançados, o nosso muito obrigado.*-----

----- Solicitou depois à Sr<sup>a</sup>. Presidente da AMS que lhe permitisse ainda dizer o seguinte. Já que tinham ali falado do PAEL, os bons resultados do PAEL e aquilo que este permitiu, podia dizer-lhes que o PAEL, a 31 de dezembro, já tinha custado à autarquia 5,221 milhões de euros, ou o PAEL versus Tróica, tinham sido as duas coisas. -----

----- A Câmara Municipal de Sesimbra tinha sido obrigada a pagar para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, até 2016, 463 mil euros, Tróica foi uma imposição a Câmara de Sesimbra. Depois amortizaram o capital dos 8 milhões de euros que pediram 2,5 milhões. Tinham pago de juros 651 mil euros, se calhar se tivessem ido à banca tinham um juro bem mais vantajoso. Tinham pago o aumento de eletricidade desde a entrada da Tróica em Portugal, 1,286 milhão de euros. E tinham pago do IVA das refeições, mais 239 mil euros. Isto eram dados da contabilidade da autarquia. -----

----- Para além disso, também ele entendia que os munícipes pagam e pagaram os seus impostos, e bem, mas não era menos verdade, que a autarquia já não aumentava os serviços urbanos há três anos

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

consecutivos. E também não tinham aumentado o IML. Portanto, face à inflação que existia, todos os munícipes pagaram menos. Porque não havia sequer um móvel que tivesse sido reavaliado para cima. Aquilo que houve foi a entrada de mais imóveis no sistema, e o aumento da construção. -----

----- **A Presidente da AMS** disse que todos os esclarecimentos tinham sido prestados pela Câmara Municipal, o Sr. Vereador tinha voltado a clarificar aquilo que tinham sido as despesas inerentes à adesão do município ao PAEL e portanto estavam em condições de votar. -----

----- Depois colocou à votação o **ponto 2. “Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2016 e aplicação do resultado líquido do exercício de 2016”**. -----

----- A Assembleia Municipal apreciou o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e aprovou, por maioria, com 16 votos a favor (13CDU+1PSD/CDS-PP+2MSU), 6 votos contra do PS E 1 abstenção do BE os documentos de prestação de contas de 2016 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2016, apresentados pela Câmara Municipal. -----

----- Seguidamente **a Presidente da AMS** perguntou se havia Declarações de Voto para apresentar.

----- **O Deputado Lobo da Silva** disse que a **Declaração de Voto** do Grupo Municipal do PSD ia no sentido da sua intervenção naquela assembleia. -----

----- **O Deputado Alain Monteiro** apresentou em nome do Grupo Municipal da CDU a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“O grupo municipal da CDU, após cuidada análise dos documentos apresentados, votou favoravelmente o relatório de contas referente ao exercício de 2016 por concordar com os resultados obtidos e considerar os mesmos bastante positivos não só face aos objetivos traçados para o respetivo ano, mas também e sobretudo face às ações desenvolvidas que se espelham nos resultados apresentados. Estes resultados vêm na sequência do que tem sido prosseguido em anos anteriores e são demonstrativos das opções políticas definidas pela CDU, consubstanciada no seu modelo de desenvolvimento para o concelho. Neste sentido identificamos dois grandes objetivos no relatório de contas. O primeiro, relacionado com a consolidação e a sustentabilidade das contas do município e o segundo, relacionado com a implementação de ações concretas que visam melhorar a qualidade de vida da população a par com o desenvolvimento do concelho, consubstanciadas em intervenções a nível económico, turístico, de apoio às famílias, às empresas e ao comércio local e de forma ainda mais marcante, com intervenções*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*na educação, na cultura, na ação social, na ação social escolar, na habitação, no urbanismo e no saneamento.*-----

*----- Nesta sequência e no que diz respeito ao primeiro objetivo, destacamos: -----*

*----- A dívida global da autarquia baixou 3,5 milhões de euros, face ao ano anterior, fixando-se nos 21,2 milhões de euros. A dívida da autarquia verificada no final de 2016 vem confirmar a tendência de descida que se tem acentuado desde 2012, quando se cifrou em 34,9 milhões de euros. Significa isto que no espaço de quatro anos assistiu-se a uma diminuição na ordem dos 13,7 milhões de euros, ou seja, quase 40 por cento; -----*

*----- A dívida de curto prazo atingiu o valor de 3,6 milhões de euros, quando há 5 anos atrás se tinha fixado em 22 milhões de euros; -----*

*----- O prazo médio de pagamento a fornecedores passou de 102 dias em 2015 para 87 dias em 2016, fundamental para a melhoria da tesouraria das empresas. Em alguns casos, respeitante às empresas locais, o pagamento é mesmo imediato num claro apoio à economia local, tal como aconteceu em 2015;*

*----- O Município de Sesimbra voltou a encerrar as contas com um resultado líquido positivo no valor de 1,8 milhões de euros, tendo sido também positivo em 2015 com um resultado líquido de 1,6 milhões;*

*----- O grau de execução, quer das receitas, quer das despesas, atingiram valores próximos dos 90 por cento; -----*

*----- O grau de execução das Grandes Opções do Plano superou os 70 por cento. -----*

*----- Estes excelentes resultados devem-se em grande parte a uma gestão prudente com grande rigor nas contas e assumem maior relevância por se terem verificado numa conjuntura económica ainda difícil e de grandes constrangimentos financeiros, mas também num período de forte investimento autárquico. Importa salientar, tal como no ano anterior, que todo o investimento foi realizado uma vez mais com recurso a cerca de 90% de receitas próprias, sem aumento de impostos ou taxas municipais, contrariando o habitual discurso inflamado, irrealista e muitas vezes demagógico do Partido Socialista. -----*

*----- Mas, torna-se importante perceber que os impostos municipais representam a principal fonte de receita do município e que têm sido utilizados por este executivo municipal para garantir o funcionamento da autarquia assim como para fazer face aos diversos investimentos realizados. Nesta sequência, destacamos pela negativa o não cumprimento da lei das finanças locais por parte dos sucessivos governos, assim como a falta de investimento no nosso concelho por parte do poder central obrigando muitas vezes o município a suprir estas faltas. -----*

*----- Quanto ao segundo objetivo, destacamos o investimento realizado nas seguintes acções:*

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Beneficiação do parque escolar;* -----  
----- *Beneficiação de espaços de jogos e recreio;*-----  
----- *Apoio ao nível das refeições e transportes escolares;*-----  
----- *Programas de combate ao abandono escolar;* -----  
----- *Instalação do Museu Marítimo na Fortaleza de Santiago;* -----  
----- *Requalificação da Casa da Água no Cabo Espichel;* -----  
----- *Apoio ao movimento associativo;*-----  
----- *Apoio às IPSS;*-----  
----- *Apoio às famílias no âmbito da ação social escolar;* -----  
----- *Apoio à população sénior;* -----  
----- *Dinamização do turismo;* -----  
----- *Dinamização de acções culturais e desportivas;* -----  
----- *Reforço na limpeza urbana;*-----  
----- *Valorização dos espaços verdes;*-----  
----- *Conclusão dos projetos para o novo Centro de Saúde;*  
----- *Conservação e recuperação do parque habitacional municipal;*  
----- *Reabilitação da rede de saneamento na freguesia da Quinta do Conde;*  
----- *Manutenção de redes de coletores domésticos;* -----  
----- *Reabilitação da rede de saneamento na vila de Sesimbra.*-----  
----- *Este conjunto de investimento e ações permitiram ainda ao concelho de Sesimbra posicionar-se no 26º lugar entre os 308 municípios do país, no estudo Portugal City Brand Ranking 2016, elaborado pela Bloom Consulting que resulta da análise de vários indicadores, entre eles, negócios, viver e visitar. Esta classificação representa uma subida de sete lugares em relação a 2015. Sesimbra destaca-se ainda no Turismo, onde obtém o 18º lugar a nível nacional, o que representa também uma melhoria em relação a 2015.*-----  
----- *Para além destes factos e tendo em consideração todo o trabalho realizado na consolidação das contas do município e no investimento realizado conforme referido, o mérito deste executivo traduz-se ainda no facto de deixar como herança para o próximo executivo municipal uma situação financeira saudável muito diferente daquela encontrada em 2005, deixada pelo então executivo socialista. O executivo municipal deixa ainda um concelho com elevado nível de desenvolvimento. Assim, com este voto favorável queremos reconhecer o excelente trabalho realizado não só pelo executivo municipal, mas*

Ata nº38 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*também pelos dirigentes e trabalhadores da autarquia. Demonstrando que com rigor e prudência se pode investir no concelho e ao mesmo tempo consolidar as contas do Município. -----*

*----- Por fim, lamentamos o sentido de voto do Partido Socialista enquanto maior partido da oposição, que mais uma vez se coloca à margem do desenvolvimento do nosso concelho e do bem-estar da população ao votar contra o relatório de contas. Aceitamos que o Partido Socialista não se reveja nas opções políticas tomadas pelo executivo municipal pois como referido, estas opções políticas assentam no modelo de desenvolvimento protagonizado pela CDU, um modelo que baseia a sua atuação em 3 vetores chave: -----*

*----- 1. O melhoramento e o alargamento das infraestruturas básicas e de apoio do qual depende a qualidade de vida das populações e que têm registado em anos anteriores mas também em 2016 um forte investimento nas áreas do saneamento, requalificação urbana, acessibilidades, valorização do património, abastecimento, educação, habitação, ação social, ação social escolar, saúde e cultura;-----*

*----- 2. O equilíbrio e a consolidação das contas da autarquia, que se tem traduzido na diminuição da sua dívida;-----*

*----- 3. Prestação de um serviço público de qualidade em todas a áreas de atuação. -----*

*----- 4. Salientamos ainda pela negativa a narrativa descabida do Partido socialista que suporta o seu sentido de voto. Não é por repetir uma mentira vezes e vezes sem conta que esta se transforma numa verdade.” -----*

*----- O Deputado Manuel José Pereira prestou, em nome do Grupo Político do PS, a seguinte **Declaração de Voto:** -----*

*----- "As principais razões em que o PS baseia a sua posição contra os documentos apresentados são as seguintes:-----*

*----- 1. o facto de um documento com esta complexidade ser entregue aos Vereadores do PS 48 horas antes da sua discussão e votação; -----*

*----- 2. o facto de se verificarem discordâncias profundas entre o que o PS defende e o que está mencionado neste Relatório, nomeadamente: -----*

*----- a) o PAEL não é um instrumento de estrangimento mas sim de saneamento financeiro; -----*

*----- b) o alívio fiscal não aconteceu neste exercício como nós preconizávamos considerando o equilíbrio financeiro alcançado; -----*



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- c) conforme afirmado pelo executivo CDU, o documento resulta de um modelo assente nos objetivos estratégicos da CDU, tendo ainda as diversas propostas apresentadas pelo PS para este exercício sido liminarmente rejeitadas; -----

----- 3. as discordâncias por nós consideradas nada têm a ver com os aspetos técnicos subjacentes à elaboração dos documentos, mas antes com as opções políticas da CDU; -----

----- 4. os documentos objeto de votação continuam a não ser acompanhados em tempo próprio do indispensável e necessário Parecer do ROC, bem como da respetiva Certificação Legal de Contas; -----

----- 5. a forma como a maioria continua a divulgar a informação no site e boletim municipal, não conferindo a mínima dignidade às posições dos Vereadores do PS; -----

----- 6. a estratégia seguida no mandato que agora termina quanto ao investimento municipal, que fez com que os valores destes últimos anos sejam cerca de metade dos valores médios equilibrados dos últimos 15 a 20 anos; -----

----- 7. a política relativa aos impostos municipais, a qual, no atual contexto de controlo da dívida, deveria evoluir para um alívio fiscal às famílias e empresas locais, como forma de apoiar a dinamização da economia concelhia; -----

----- 8. por último, e não menos importante, mantém-se a nossa crítica quanto ao conceito restritivo de democracia aplicado pela maioria CDU, ao não considerar a participação dos Vereadores do PS na gestão municipal, pelo menos em condições de igualdade com os restantes, em atenção à representatividade dos seus resultados eleitorais. -----

----- Para concluir uma palavra de apreço para o esforço de todos os funcionários e pessoal dirigente a quem agradecemos. -----

----- Em face do exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na AM, opta pelo voto contra na votação dos documentos de Prestação de Contas e respectivo Relatório de Atividades. -----

----- Em complemento dizemos ainda que não aceitamos lições de ética de ninguém, muito menos de quem, na presente discussão, nos pretendeu endereçar!!" -----

----- **O Deputado José Guerra** prestou em nome do **Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** prestou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- "Na votação do Relatório de Contas de 2016 submetido a esta Assembleia Municipal, tomei a posição de abstenção por um motivo principal: a Câmara Municipal de Sesimbra deveria ter amortizado a sua dívida numa proporção menor do que aquela que acabou por realizar, para assim obter a folga





## Assembleia Municipal de Sesimbra

*orçamental que lhe permitiria distribuir aos municípios uma parte dos montantes de IRS devolvidos. Baixar impostos e taxas”.*-----

----- Depois a **Presidente da AM** deu início ao **3º Ponto da Ordem de Trabalhos – “Mapa de pessoal’2017 – Retificação”**.-----

----- Disse que na reunião das comissões conjuntas não tinha sido feito nenhum esclarecimento especial, e por isso perguntava se alguém queria algum esclarecimento.-----

----- **O Deputado João Rodrigues** perguntou se a retificação tinha era apenas a possibilidade de um assistente técnico com o 12º ano de escolaridade também poder concorrer.-----

----- Tendo a Vereadora Felícia Costa esclarecido que sim.-----

----- Então a **Presidente da AM** colocou à votação o **ponto 3. “Mapa de pessoal’2017 – Retificação”**

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar a retificação ao mapa de pessoal para 2017, passando a ser exigida para o recrutamento dos três assistentes técnicos (área funcional de museus e património), a titularidade do curso profissional de museus, nível III, ou do 12.º Ano de Escolaridade.-----

----- **A Presidente da AM** cedeu a palavra à **Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Cruz**, que informou que a junta de freguesia de Santiago, em conjunto com a Assembleia Municipal e as outras duas juntas de freguesia, tinha o prazer de ser a primeira junta de freguesia a inaugurar o seu painel representativo dos 40 Anos do Poder Local Democrático, dia 4 de maio, pelas 10h00, e convidava todos os deputados da Assembleia Municipal a estarem presentes.-----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e trinta e cinco minutos do dia 29 de abril de 2017.-----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----